

**Comissão Parlamentar de Inquérito ao Processo de
Nacionalização, Gestão e Alienação do Banco Português de Negócios,
SA.**

22.^a Reunião — 3.^a audição
(10 de julho de 2012)

SUMÁRIO

(...)

Foi ainda ouvido, em audição, o Sr. Dr. Fernando Teles, Presidente do Conselho de Administração do Banco BIC Angola, tendo usado da palavra os Srs. Deputados Honório Novo (PCP), João Semedo (BE), Afonso Oliveira e Hugo Lopes Soares (PSD), Pedro Delgado Alves (PS) e João Pinho de Almeida (CDS-PP).

O Sr. Presidente encerrou a reunião eram 21 horas e 37 minutos.

Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 55 minutos

Srs. Deputados, vamos dar início à audição do Dr. Fernando Teles, a quem agradeço, desde já, a presença e os esclarecimentos que possa prestar aqui, nesta Comissão.

De acordo com o que está estabelecido em termos de grelha de intervenções, compete ao Partido Comunista começar a colocar as suas questões.

O Dr. Fernando Teles informou que não tem nenhuma intervenção inicial preparada, pelo que está de imediato à disposição dos Srs. Deputados.

Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Muito obrigado Sr. Presidente.

Queria começar por cumprimentar o Dr. Fernando Teles e agradecer-lhe a disponibilidade para vir conversar connosco sobre este processo.

Vou colocar-lhe um conjunto de perguntas e solicitar-lhe resposta imediata.

Sr. Doutor, houve um primeiro processo de privatização do Banco, que ocorreu durante o ano de 2010. Confirma que o BIC esteve interessado nesse processo? Confirma que terá, eventualmente, adquirido o caderno de encargos? E quer transmitir-nos as razões pelas quais o BIC não chegou a apresentar nenhuma proposta de candidatura?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles** (Presidente do Conselho de Administração do Banco BIC Angola): — Boa a tarde a todos.

Queria, antes de mais, afirmar que não estou muito agradado por ter estado tanto tempo à espera sem que ninguém me tenha dito nada. Estive quase 1 hora e 30 minutos à espera, o que acho ser muito. Acho que os Srs. Deputados têm de ter respeito pelas pessoas que são ouvidas aqui, nesta Comissão, e acho que não é normal que as pessoas fiquem lá fora sentadas, à espera.

A audição estava marcada para as 5 horas e meia da tarde, e eu estive presente às 5 horas. Mas passemos à frente.

O Banco BIC, em 2010, levantou o caderno de encargos, e por isso pagou 100 000 € Depois de analisar esse caderno de encargos, chegou à conclusão que não valia a pena fazer proposta nenhuma. Segundo sabemos, todos os outros concorrentes fizeram o mesmo. Todos acharam que, pelo valor que o Banco estava a ser vendido, não valeria a pena, porque era um negócio muito mau.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Doutor.

Queria apenas explicitar que os Deputados membros desta Comissão estão aqui reunidos desde as 9 horas e meia da manhã, ininterruptamente, pelo que estão aqui há muito mais tempo do que aquele que o Sr. Doutor esteve à nossa espera.

Em todo o caso, queria pedir-lhe desculpa em nome da Comissão, dizendo-lhe que a audição anterior começou com duas horas de atraso porque a primeira audição de hoje durou desde as 9 horas e meia até cerca das 4 horas da tarde. Depois, conseguimos recuperar algum tempo, mas,

infelizmente, não conseguimos iniciar a sua audição à hora, como é nosso timbre.

Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Muito obrigado Sr. Presidente, agradeço que tenha feito este comentário, perfeitamente ajustado e pertinente, à observação do Dr. Fernando Teles. Nem sempre as observações são pertinentes, mas esta, do Sr. Presidente, foi totalmente pertinente.

Gostava de, em complemento da pergunta que há pouco fiz, colocar ao Dr. Fernando Teles a seguinte questão: o que levou o BIC a não apresentar nenhuma proposta foi o preço ou foram as condições do caderno de encargos, isto é, as condições adversas?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Depois da análise do caderno de encargos e do próprio preço — é lógico que os preços, em qualquer negócio, têm influência —, analisámos todo o caderno de encargos, analisámos as condições e o que estava à venda, e chegámos à conclusão que não valia a pena. Aliás, repito, Sr. Deputado, nós e todos os outros concorrentes. Não foi só o BIC, ou seja, que eu saiba, foi um concurso vazio, em que levantaram o caderno de encargos pelo menos duas ou três entidades.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — É correto, Sr. Doutor, foi exatamente isso que aconteceu.

No entanto, gostava de perceber se as condições do caderno de encargos — o Sr. Doutor já disse que o preço tem uma condição determinante — eram assim tão radicalmente diferentes daquelas que, depois, foram colocadas em concurso, por venda direta, naturalmente, sem preço, em julho de 2011.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Julgo que o Sr. Deputado já tem essa resposta, mas eu vou repetir-lha, porque é importante que nós possamos...

2010 foi há dois anos, pelo que já não me recordo muito bem de todos os pormenores. Aquilo que lhe posso dizer é que o segundo concurso já não foi aberto com as regras rígidas do primeiro concurso. Cada entidade podia fazer uma proposta para aquisição do BPN. Já não era necessário ficar com todos os trabalhadores, não era necessário ficar com todas as agências, não era necessário ficar com todo o negócio. O que aconteceu é que, no segundo concurso, foi aberta a possibilidade de os concorrentes fazerem uma proposta de aquisição total ou parcial do BPN. O que fizemos foi uma proposta para aquisição parcial do BPN.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Doutor, neste concurso por venda direta, ocorreu um contacto prévio por parte do Estado. Quem é que vos contactou e quando, se tem essa memória?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — É normal que, se nós levantámos o primeiro caderno de encargos e se tínhamos sido uma entidade que tinha concorrido ao primeiro concurso, tenhamos sido contactados para o segundo concurso. Não me recordo de quem nos contactou, e acho que isso também não deve ter grande importância.

Aliás, o contacto, Sr. Deputado, foi em abril e nós concorremos em julho. Em abril, disseram-nos: «Afinal, vai haver um segundo concurso; se quiserem concorrer, podem fazê-lo». Foi divulgado, por carta, que havia um segundo concurso.

Mas se está a querer dizer que nós, individualmente, fomos contactados por alguém em especial... Não, não fomos. Foi por carta, por convite, que fomos convocados. Julgo que terão sido convocadas todas as entidades que tinham levantado o caderno de encargos há um ano atrás.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Houve uma série de contactos, trinta contactos. Mas estava interessado em precisar a data e precisar a origem. Disse abril, há pouco.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. Fernando Teles: — Sr. Deputado, disse abril porque o meu colega, que foi quem esteve a acompanhar mais ...O meu colega é vice-presidente da Comissão Executiva do Banco BIC, o Dr. Jaime Pereira. Foi quem esteve mais à frente das negociações.

Se o senhor quer que eu me recorde de tudo... Já estou com 60 anos e já trabalho há 46 anos. Há coisas de que já não me recordo. E acho que não tem assim muita importância a data... Não sei, não faço ideia. Se quiser, posso ver lá a carta e mandar-lha.

Os senhores já têm pedido muitos dados. Peçam mais esse que nós mandamos, não tem problema.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — O Sr. Doutor tem 60 anos e eu já tenho mais alguns.

Naturalmente, estamos interessados em saber, exatamente,... Agradecia ao Sr. Presidente que fizesse esse pedido junto do BPN.

Sr. Doutor, em processos de privatização desta natureza — suponho que conhece isto bem melhor que nós, do que qualquer um dos que aqui estão à volta desta mesa — é normal estas vendas diretas por ajuste direto (no fundo, é isso o processo de negociação) serem feitas com um único interlocutor na parte final?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Que eu saiba, só houve um único interlocutor, porque não houve mais concorrentes. E o Sr. Deputado sabe isso melhor do que eu.

O senhor sabe perfeitamente que o concurso para aquisição do BPN... A outra entidade que concorreu era uma entidade de pessoas que nem sequer estavam ligadas à banca. Acho que foi afastada porque a proposta, se calhar, não era tão credível como a nossa. Mas terá de

perguntar isso à Sr.^a Secretária de Estado ou ao Sr. Ministro das Finanças, a quem negociou connosco.

Os senhores julgam que nós fizemos um grande negócio, e eu digo-lhe: até hoje, Sr. Deputado Honório Novo, tenho dúvidas se fizemos um grande negócio. E posso dizer-lhe que, mesmo entre os acionistas do Banco BIC, aquilo que vocês acham que é um grande negócio alguns de nós têm dúvidas desse grande negócio.

Estamos a manter postos de trabalho. A alternativa era não haver postos de trabalho, era terem levado o Banco à falência, como levaram o BPP e como hão de levar outros a seguir. Acho que ter aparecido um banco com alguma credibilidade, com pessoas experientes na banca, que têm currículo na banca... E eu já passei por cinco bancos e comecei a trabalhar na banca com 14 anos de idade, já há uns anitos.

Por isso, temos condições para fazer andar o projeto do Banco BIC com o BPN integrado. E digo-lhe: não ficava nada aborrecido se tivesse havido outra entidade qualquer a comprar o Banco.

Já disse publicamente que houve um momento — foi em 21 de novembro do ano de 2011— em que me vieram com novas imposições. Fiz a mala, regressei a Luanda e disse que não havia negócio, que podiam fechar o Banco se quisessem ou vender a quem quisessem que nós não estávamos interessados. E regressei a Luanda. Depois disso, pediram-me para regressar à mesa das negociações. E regressámos à mesa das negociações.

Mas eu tenho consciência que o BPN, pelas intervenções que...Toda a chacota a nível político, toda a chacota no dia-a-dia, toda a publicidade negativa que houve por parte de muita gente, incluindo de alguns Deputados, fez com que, a cada dia, o BPN tivesse menos valor. E digo: hoje mesmo tenho dúvidas se vai ser um bom negócio para o Banco BIC,

que tem uma situação boa em termos de balanço e que não precisa de se meter em aventuras.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — O Sr. Doutor antecipou algumas questões, mas vou voltar à inicial, se me permite, se não se importa.

Quanto a ser bom ou mau negócio, lá iremos. Mas não lhe perguntei se houve ou não mais concorrentes, Sr. Doutor. Sabemos que houve, o BIC mais três concorrentes.

A questão central que lhe coloquei para o senhor analisar, se quiser, é a seguinte: se é normal um processo final de negociação, num processo de privatização deste tipo, por venda direta, sem preço base, ser feito — este processo de negociação final — com um concorrente ou se é normal ser feito com pelo menos dois concorrentes.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Acho que o senhor tem toda a razão. Se houvesse mais concorrentes... A partir do momento em que não há concorrentes credíveis, só há um, só podem negociar com um. Mas se o senhor tivesse arranjado um grupo e tivesse concorrido já havia dois concorrentes.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Doutor, volto a dizer-lhe que havia quatro concorrentes, mas só foi selecionado um para a negociação final.

A questão que lhe coloquei e a que o senhor volta a não responder é se acha normal que a seleção para negociação final, em processos de delicadeza e controvérsia desta natureza, seja feita apenas com um concorrente. O senhor não quer responder, pelo que eu passo à frente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Eu quero responder! O senhor sabe melhor que eu que aquilo que está a afirmar não corresponde à realidade. O senhor sabe perfeitamente que só concorreram à segunda fase duas entidades e que não há propostas comparáveis. E eu gostava que o senhor analisasse a outra proposta, porque eu não analisei! Ou seja, aquilo que me disseram é que a outra proposta não era credível. Se o senhor está a insinuar seja o que o que for, da minha parte não sei que lhe possa dizer. Sr. Deputado, não sei, sinceramente não sei.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Também não sei o que lhe hei de dizer, Sr. Doutor, não sei. A única coisa que sei que lhe hei de dizer é que havia quatro concorrentes e para a negociação final foi escolhido apenas um, Sr. Doutor.

E como o senhor não quer comentar processos análogos existentes deste tipo a nível global, passo à pergunta seguinte. Naturalmente que o

registo da ausência da resposta significa qualquer coisa, como bem entenderá.

Estou a ver os meus colegas do PSD profundamente preocupados...

O Sr. **Duarte Pacheco** (PSD): — Se o Sr. Deputado tivesse lido as outras propostas não fazia essa pergunta!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Honório Novo, faça o favor de continuar.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Eu queria agora saber o seguinte, Sr. Doutor: há no acordo-quadro estabelecido com o BIC duas linhas de crédito, uma com a Caixa e outra, garantidas pelo Estado, relativas a emissão de papel comercial. O BIC já fez alguma utilização destas duas linhas de crédito?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Sr. Deputado, o BIC ainda não fez nenhuma utilização.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Qual é a data limite para as poder executar, digamos assim, para as concretizar, digamos assim?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Uma é 2015 e a outra é até que os depósitos ultrapassem 1,8 biliões.

Vamos lá ver: há uma linha de crédito, e o Sr. Deputado com certeza que sabe, que nós só vamos utilizar se, eventualmente, os depósitos descenderem abaixo de 1,8 biliões de dólares... — ou melhor, de euros, e peço desculpa de estar a falar em dólares, mas a moeda de Angola é o kwanza e está mais indexada ao dólar por causa do petróleo e, às vezes, faço confusão. Portanto, só se os depósitos baixarem de forma significativa relativamente a esse número é que temos essa «almofada».

Mas, se quer que lhe diga, pessoalmente, acho que é muito bem possível que nós não venhamos a utilizar essa linha de crédito, porque essa linha de crédito só pode ser utilizada, se, se, se... Se os depósitos baixarem de 1,8 e a nossa expectativa é que, com o nosso apoio, não vamos precisar. Hoje, estamos um bocadinho abaixo de 1,8, porque houve alguns levantamentos de algumas entidades na fase inicial, sobretudo das empresas ligadas ao BPN, o que é normal nesta fase, mas já estamos a recuperar. Posso dizer-lhe que, no mês passado, já crescemos em 50 milhões de euros em depósitos, o que é positivo, pois quer dizer que estamos a começar a transformar um banco que não era credível num banco credível.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Dr. Fernando Teles, relativamente ao conjunto de propostas feitas pelo BIC no âmbito da área fiscal, quais foram as que foram prescindidas, eliminadas e mantidas?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Sr. Deputado, não tenho tudo isso de cor e não pretendo, sequer, manter tudo de cor, mas o que posso dizer é que houve algumas coisas que nós aceitámos por imposição de Bruxelas, que aceitámos porque já estávamos na fase final negocial, já havia muito tempo perdido, já começávamos a conhecer o Banco e tínhamos consciência de que poderíamos, eventualmente, vir a torná-lo rentável e, por isso, aceitámos, por exemplo, que se houver devolução de crédito até dezembro (e, em princípio, havia uma possibilidade de se devolver crédito durante um ano), nós vamos devolver 16,2%, que é a parte equivalente dos fundos próprios.

A nível de regalias fiscais, sinceramente, não estou a ver a que regalias se está a referir. Mas se quiser ser mais preciso, poderei, eventualmente, responder.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Doutor, eu não queria especificar para não entrar em detalhes de natureza fiscal, que julgo não ser muito adequado, mas, de qualquer maneira, uma vez que lançou o repto, lanço duas propostas: uma no reporte de prejuízos e outra no prolongamento das isenções fiscais na sucursal da zona franca da Madeira.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Sr. Deputado, a zona franca nós não comprámos, deve haver aí um lapso qualquer na sua memória...

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — E na outra, Sr. Doutor?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Sr. Deputado, não tenho com precisão essa parte e, se não se importa, o meu colega vai responder.

O Sr. **Presidente**: — Então, tem a palavra o Sr. Dr. Jaime Pereira.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira** (Vice-Presidente do Conselho Executivo do Banco BIC): — Nós não temos nenhum benefício fiscal nem no BPN nem em lado nenhum que qualquer outra empresa não pudesse ter.

O Sr. **Presidente**: — Queira continuar, Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Dr. Fernando Teles, gostava que informasse a Comissão sobre o regime, as condições de contratação de pessoal e as consequências (e para quem), no plano do emprego, resultantes do possível encerramento, até final deste ano, de cerca de 60 agências.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Sr. Deputado, nós hoje temos cerca de 1100 trabalhadores, comprometemo-nos com o Estado a ficar, no mínimo, com 750 trabalhadores e uma das imposições que fizemos foi que as

peçoas tivessem as mesmas regalias que têm os trabalhadores do Banco BIC.

Temos um acordo de empresa, que está negociado com os sindicatos, e as peçoas aderiram a esse acordo da empresa, ao entrarem no Banco BIC assinaram o acordo de empresa do Banco BIC. Por conseguinte, essas peçoas têm as mesmas regalias do que todos os restantes trabalhadores do Banco BIC, que é um banco que já existe, como sabe, há quase quatro anos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Portanto, as condições de partida eram de 750 trabalhadores, como recordou, que podiam ir até 900 postos de trabalho, este excedente...

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Não!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Não, Sr. Doutor?

O Sr. **Presidente**: — Se quiser corrigir, tem a palavra, Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Não. O que está acordado são 750 trabalhadores. O que eu disse publicamente — e mantenho — é que nós vamos procurar manter cerca de 1000 postos de trabalho, vamos procurar! Mas não há compromisso nenhum, nem com o Governo nem com ninguém. O que está escrito no acordo-quadro, e o Sr. Deputado, com certeza, já o

leu muitas vezes, porque já fez perguntas a muita gente, sabe-o perfeitamente, é 750. Não está lá escrito 900 e tal...

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Doutor, confirma-se a possibilidade de redução de 60 agências durante este ano? — esta era uma primeira parte da mesma pergunta E o que é que isto pode significar, em termos de diminuição do emprego nessas agências que, eventualmente, possam vir a ser encerradas?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Sr. Deputado, o que está negociado são 160 agências e 750 trabalhadores. É isso que está negociado.

Logicamente, o Banco BIC — e eu, pessoalmente, já o disse muitas vezes —, de certeza absoluta, vai ter mais postos de trabalho e mais agências.

Ainda hoje, por exemplo, na direção de sistemas de informação, fui surpreendido com o facto de, para além dos 36 trabalhadores que tínhamos mantido no nosso quadro, afinal, estarem lá mais 5 trabalhadores em *outsourcing*, que são empregados na mesma do Banco. Ou seja, em vez de 36, que foi o que foi negociado, estão lá 36 mais 5!, o que quer dizer que o número de trabalhadores que vão ficar com posto de trabalho vai ser bastante superior ao que foi negociado como o mínimo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Exatamente, como mínimo. Não tenho dúvidas disso, a única dúvida que tenho é esta: neste momento, têm cerca de 1100 trabalhadores — pelas minhas contas, até devia ser um número ligeiramente superior, mas, enfim, o problema não é esse. O problema é que esses trabalhadores, muitos deles, estão afetos a agências e, à partida, na negociação do acordo-quadro, tudo o que seja acima deste número de trabalhadores, o tratamento social desses trabalhadores corre por conta do Estado.

O problema vem depois: há uma condição em que os senhores podem optar pela redução do número de agências, já numa fase posterior à assinatura do acordo-quadro, e isto pode significar, com a redução até 60 agências em 220, uma redução de cerca de 30%. A questão que coloco é que uma decisão deste tipo, naturalmente, tem consequências ao nível do emprego. Ora, essas consequências ao nível do emprego, nessa fase, corre a encargos de quem? Do Estado, ou não?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Sr. Deputado, acho que o senhor não precisa de resposta, porque isso está escrito no acordo-quadro. Está lá escrito como é que vai ser, o que é que vai ser.... Não há dúvida nenhuma, está lá tudo escrito!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Então, o Sr. Doutor confirma...

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — O que confirmo é que o Banco BIC, que fez a aquisição, pode ficar só com 160 agências. Pode ficar só com 160 agências! Vamos ficar com mais, de certeza absoluta, mas o nosso

compromisso é com 160 agências. E, para além disso, vamos ficar, no mínimo, com 750 trabalhadores.

Não vale a pena estar a «chover no molhado»! Ou seja, neste momento, o senhor sabe e eu também sei que o Banco BIC está a fazer todo o esforço para manter o maior número de agências possível. Mas, se o senhor me disser: «Mas a conjuntura económica em Portugal é muito difícil e há aí muitos bancos que ainda estão com muitas dificuldades». É verdade, Sr. Deputado! O senhor sabe isso melhor do que eu, e há muitos bancos a fecharem agências. Ainda há dias, houve mais um banco a anunciar que ia fechar mais 30 agências. E, mesmo assim, se calhar, ainda não tem o acordo de Bruxelas para a recapitalização.

Os senhores falam muito na banca, falam muito nas desgraças da banca, mas têm de se lembrar que os senhores é que também estão a contribuir para essas desgraças, por quanto mais os senhores falam nas dificuldades, mais algumas pessoas levam o dinheiro para o exterior e depositam-no na Suíça e noutros sítios! E mesmo nós — banco —, que estamos em Angola, temos dificuldade em trazer dinheiro para Portugal porque, diariamente, vemos a SIC, a RTPi e a TVI, vemos as televisões todas, e ouvimos os Srs. Deputados a dizerem que isto está tudo uma desgraça, que isto está tudo muito mal, vejam lá, etc. E as pessoas fogem!

Logicamente, em vez de virem depositar o dinheiro em Portugal, no Banco BIC, no Millennium, no BES e em todos os bancos portugueses que estão em Angola, o que as pessoas fazem é tirar o dinheiro de Portugal e, em vez de trazerem as suas poupanças para Portugal, estão a depositá-las na Suíça e noutros sítios.

Em vez do alarido que os senhores fazem por causa da situação tão difícil em que está a banca, os senhores deviam apoiar a banca em Portugal,

porque a banca é o motor da economia, é quem mantém os postos de trabalho, é quem ajuda os empresários. Metam isso na cabeça!

Grande parte das empresas de construção civil que está a pagar salários em Portugal, está a ser apoiada por nós em Angola, está a ser apoiada pelo Banco BIC em Portugal, com o nosso apoio em Angola. E é disso que os senhores, às vezes, não têm consciência.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Doutor, é irrecusável comentar esta afirmação, dizendo, muito simplesmente, que as afirmações do Dr. Fernando Teles podem ser proferidas quando e onde ele quiser; agora, não podem, nunca, ser proferidas em tom que pode condicionar aquela que é a liberdade de afirmação, de expressão e de posicionamento em Portugal. Se o senhor está habituado a fazer isso noutros sítios, condicionar através de afirmações do género das que acabou de produzir, faça favor de continuar a produzi-las. Mas aqui, nesta Casa, não vai, seguramente, condicionar ninguém e, felizmente, tenho ideia que também não condicionará em Portugal, não só nesta Casa como no País em geral.

Onde o senhor pode condicionar ou não fica ao seu critério continuar a fazê-lo. Aqui, em Portugal, não condiciona e aqui, nesta Casa, não condicionará, seguramente, ninguém com o tipo de afirmações que fez.

Voltando ao tema, logo no início desta inquirição, o Sr. Doutor afirmou que, em novembro de 2011, terá desistido ou tentado desistir do negócio, primeiro, porque, naturalmente, chegou à conclusão que o negócio não era tão agradável quanto parecia. Ora, queria que me explicasse o conjunto de perguntas que vou explicar.

Em primeiro lugar, se houvesse uma desistência da vossa parte naquela altura, em novembro de 2011, havia ou não — desconheço-o totalmente — lugar a uma possível indemnização, ou eram passíveis de ser citados em tribunal para efeitos indemnizatórios pelo Estado português?

Em segundo lugar, o que é que motivou esta desistência em concreto? Que razões? Que alterações foram suscitadas relativamente a junho de 2011 que determinaram essa mudança? E, naturalmente — o senhor afirmou isto publicamente, em diversos momentos e situações, não interessa precisar quando —, o que o fez voltar à mesa das negociações? Foi uma sensibilização por parte do governo angolano? Foi uma sensibilização por parte do Governo português, designadamente por parte do Ministro Vítor Gaspar ou/e do Sr. Primeiro-Ministro Passos Coelho? E, sim ou não, reuniu com o Primeiro-Ministro, sem a presença da Secretária de Estado, para tratar de limar as arestas que, entretanto, tinham ocorrido?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Bem, na verdade, nós... Está aqui o comunicado que ia ser público e que ficou suspenso, a pedido do Ministério das Finanças, porque disseram que, primeiro, tinham de ser eles... Pediram-nos para serem eles, primeiro, a comunicar que estávamos a desistir. O comunicado esteve feito e está aqui na minha mão.

Aquilo que acabou por acontecer foi que uma semana depois nos pediram para voltar à mesa das negociações, porque a alternativa era fechar o BPN, não havia mais ninguém que o quisesse comprar. E nós, uma semana depois, voltámos à mesa das negociações e celebrámos o acordo-quadro que, posteriormente, ainda veio a ser alterado por Bruxelas, porque houve algumas imposições de última hora de Bruxelas. Acabámos por

aceitar, já que estávamos no final de uma negociação e percebíamos que já não era, sequer, o Governo português, era imposição de Bruxelas e, por isso, acabámos por celebrar o acordo.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Que razões, em concreto, é que determinaram essa posição? Quais eram as questões, em concreto, para nós percebermos?

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Sr. Deputado, posso dizer-lhe que, relativamente àquilo que negociámos em julho, as linhas de crédito de apoio à liquidez, por exemplo, que, inicialmente, tinham sido negociadas de uma determinada forma, com uma determinada taxa, e tinham sido negociadas no final de julho, tinham a imposição de serem agravadas, e acabaram por ser, por imposição de Bruxelas.

Por outro lado, queriam que mantivéssemos os trabalhadores com a situação de terem o fundo de pensões, e por aí fora, e nós entendemos que não. Para nós, era uma questão de princípio: ou os trabalhadores aderiam ao nosso acordo, que tinha sido negociado com os sindicatos, e havia apoio dos sindicatos para isso, aliás, os sindicatos deram o seu acordo ao acordo final que fizemos, ou, então, não havia negócio. Foi isto que aconteceu na reunião com a Sr.^a Secretária de Estado.

Quando diz que a Sr.^a Secretária de Estado não esteve na reunião final que nos levou a voltar à mesa das negociações, não sei se o senhor... Se não esteve a Sr.^a Secretária de Estado, se calhar, esteve o Sr. Ministro e, se calhar, esteve o Sr. Primeiro-Ministro. A verdade é que nos pediram para

voltar à mesa das negociações e voltámos à mesa das negociações e fizemos o negócio.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Doutor, então, confirma a existência de uma reunião com o Primeiro-Ministro e com o Ministro das Finanças para tratar deste assunto? E não sei se quer ou não confirmar também uma sensibilização do próprio governo angolano?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Não tenho de lhe responder a isso e o senhor sabe que não tenho de lhe responder a isso.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Como é uma afirmação sua, feita publicamente, só queria confirmar a veracidade dessa afirmação pública.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Se eu já lhe disse que não quero responder a isso, não vou responder a isso.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Portanto, não quer confirmar se proferiu ou não essa afirmação pública.

Sr. Doutor, deixe-me só fazer-lhe duas perguntas finais, para registar.

A primeira é a seguinte: o Dr. Fernando Teles e o Dr. Jaime Pereira, suponho que foi o Dr. Jaime Pereira, mas, se não foi, peço-lhe desculpa, terão afirmado, em vários momentos, mas já num momento posterior ao estabelecimento do acordo-quadro e antes ou depois da assinatura do próprio contrato — já não tenho isto bem presente —, que estariam interessados na aquisição de outros ativos do BPN. Cito, a título de exemplo, o BPN Brasil e o BPN IFI. Queria confirmar se isto é verdade e se isto é ou não possível de compatibilizar com os termos do contrato. Tenho a ideia de que não, mas confirmarão se é ou não possível. Esta é a primeira questão.

A segunda questão que quero colocar, para finalizar, Sr. Doutor, e também quero, naturalmente, agradecer ao Sr. Presidente esta tolerância, tem a ver com os valores dos rácios de solvabilidade do Banco que compraram. O rácio de solvabilidade é de 16,2%, o que fica substancialmente acima dos valores exigidos em Portugal a qualquer instituição bancária e anda, agora, enfim, no final deste ano, pelos 10%, de acordo com as imposições europeias. Isto, naturalmente, pressupôs um esforço de recapitalização do Estado bastante alto, para assegurar este rácio de solvabilidade, pelo que lhes faço esta pergunta: consideram que este rácio é normal? O facto de isto estar garantido corresponde ou não a uma situação privilegiada relativamente àquilo que compraram, isto é, ao Banco? É que não é normal um banco, uma instituição comprada, ter um rácio de solvabilidade desta natureza.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Relativamente ao BPN Brasil e ao BPN IFI, penso que o Sr. Deputado deve estar a fazer uma grande confusão, porque, na verdade, nós, BPN, nós, Banco BIC Português, estamos proibidos de fazer compras, como o senhor sabe, até 2016. Agora, os acionistas do Banco BIC Português ou o BIC Angola não estão proibidos de coisíssima nenhuma, podemos comprar onde quisermos, em qualquer sítio do mundo, o que quisermos, desde que tenhamos dinheiro. Temos é de ter dinheiro, se não tivermos dinheiro, é um bocado mais difícil.

Relativamente à outra questão que colocou, à do rácio, é uma questão negocial, é uma questão de... Se o senhor está a comprar um banco que está numa situação degradada, com uma imagem do piorio, com os clientes que tiraram... O Banco, quando foi nacionalizado, tinha 7 biliões em depósitos e, quando o comprámos, tinha 1,8 biliões, aliás, nem eram 1,8 biliões, eram 1,7 biliões. Veja o senhor esta degradação, de 7 biliões para 1,7 biliões... Está a ver quantas vezes é que diminuíram os depósitos? Se o senhor está a comprar um banco nestas circunstâncias, se está manter um grupo significativo de trabalhadores e de agências, o senhor tem de se defender. E nós fizemos o negócio jogando à defesa, não vou dizer que não jogámos à defesa, mas continuo a dizer-lhe que não tenho a certeza se fiz um bom negócio, só daqui a quatro ou cinco anos é que vou saber se fiz ou não um bom negócio.

Nessa altura, Sr. Deputado Honório Novo, estou disponível para continuar a falar consigo relativamente a este assunto, para ver se fizemos ou não um bom negócio.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — E se o negócio for bom, o que está disposto a pagar a mais?

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Aquilo que está no contrato, e o senhor sabe melhor do que eu, aliás, foi uma das condições da negociação, foi que, se nós, ao fim de cinco anos, ganharmos mais de 60 milhões de euros, pagamos mais 20% ao Estado português. É um acréscimo de preço. Nós vamos pagar tudo aquilo que ganharmos acima de 60 milhões e 60 milhões são 12 milhões/ano, em cinco anos. Isto quer dizer que aceitámos essa cláusula e foi uma proposta nossa, foi uma proposta do Banco BIC.

Quando nos disseram que o negócio podia ser um negócio muito bom, dissemos que, então, se podia ser muito bom, iríamos dividir o lucro com o Estado. E achei perfeitamente normal que o Estado nos tenha vindo dizer que não poderíamos distribuir lucros durante cinco anos. Achei perfeitamente normal! Isto significa que, durante cinco anos, se houver lucro, o lucro fica acumulado e, ao fim de cinco anos, vamos dividir com o Estado português o lucro que houver, acima dos 60 milhões, e não vamos distribuir dinheiro aos acionistas. Acho que é um negócio perfeitamente razoável, perfeitamente aceitável e não havia alternativas, Srs. Deputados. Metam isto na cabeça, porque é importante...

Os senhores sabem, sabem melhor do que eu, que a verdade é esta: não havia mais ninguém, com credibilidade, a querer comprar o BPN. Infelizmente, o BPN é um banco com uma situação muito difícil, é um banco que degradou a imagem durante muitos anos, e toda a gente o sabe.

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado João Semedo, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Boa tarde, Sr. Dr. Fernando Teles e Sr. Dr. Jaime Pereira.

O Sr. Dr. Fernando Teles, nesta meia hora que leva a nossa audição, já disse do BPN o que Maomé não diz do toucinho. E a minha primeira pergunta é esta: afinal de contas, porque é que comprou o BPN, se tudo aquilo que nos diz aponta para ter feito um mau negócio ou, sobretudo, para, em determinada fase, ter pensado que o BPN era um mau negócio? Afinal de contas, o que é que o fez resolver comprar o BPN?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — O que nos levou a fazer uma proposta para o BPN foi que o Banco BIC, hoje, em Angola, é a segunda rede de balcões ao nível do país; a seguir ao banco público, é o banco com mais balcões no país. Temos muita ligação às empresas portuguesas e aos empregados das empresas portuguesas, mas não tínhamos uma rede de balcões em Portugal para poder trabalhar com essas empresas.

Uma empresa de Barcelos tinha dificuldade em vir ao Porto, para fazer os movimentos do dia-a-dia; uma empresa de Vila Real tinha dificuldade em vir ao Porto para fazer o movimento do dia-a-dia. Por isso, precisávamos de uma rede, para sermos concorrentes do BPI, do Millennium, da Caixa, porque todos esses bancos estão a trabalhar em Angola. Tínhamos necessidade disso e, por isso, como já tínhamos essa rede em Angola e, felizmente, já tínhamos uma estrutura em Portugal, com a própria administração que estava, a entrada do BPN, a fusão do BPN com o BIC iria permitir criar sinergias para que o banco fosse mais forte em Angola e em Portugal.

Foi isso que nos levou a fazer a proposta e foi isso que me custou, quando rompi as negociações com a Sr.^a Secretária de Estado... E também lhe digo que, no próprio dia, falei com um dos meus acionistas e disse-lhe: «Olhe, este correu mal, mas vamos a outro». E estávamos já a pensar numa outra hipótese, porque há mais hipóteses em Portugal e, nessa altura, havia mais hipóteses em Portugal. Há! O senhor sabe que há e eu também sei. Por isso, quando não há uma alternativa, temos de ir a outra.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Portanto, concluo que, do ponto de vista da administração do BIC, era mais favorável a expansão do banco em Portugal, através da aquisição de uma rede de agências, em determinadas condições, do que a expansão pelos próprios meios e pelo próprio investimento do BIC.

Mas deixe-me perguntar-lhe, na sequência até da sua resposta, uma outra coisa. Também sei que havia e há outras oportunidades e outras possibilidades, tenho dúvidas é que sejam tão baratas. E a minha pergunta é se essa previsão entrou no seu cálculo, quando decidiu voltar à mesa de negociações, para comprar o BPN.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Sr. Deputado, nós precisávamos de uma rede de agências em Portugal e aquilo que considero é que, se calhar, com todas as polémicas que têm havido, não tinha sido pior termos optado por outras soluções, mas não vou esconder que esta solução foi uma

solução que nos pareceu poder ser boa. Mas também só daqui a alguns anos é que vou ver se a solução foi mesmo boa ou não.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Doutor, recorda-se como é que, na administração do BIC, despertou este interesse pela possibilidade de aquisição do BPN. Recorda-se como, quando, por quem, enfim, como é que nasceu? Não caiu do céu, não foi uma inspiração divina, com certeza. Portanto, como é que essa hipótese se introduziu na administração do banco?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Olhe, Sr. Deputado, sinceramente, não... Sei que, neste momento, estamos a tentar abrir na Namíbia, na África do Sul, no Botswana, na Zâmbia e por aí fora. Se o senhor me vier perguntar quem é que, na administração do BIC, se lembrou disso, respondo-lhe que, se calhar, foi o presidente do conselho de administração e da comissão executiva, que sou eu, mas pode ter sido outro qualquer. Ou seja, não vou ser injusto para com os meus colegas e não vou ficar com os louros todos. Não sei quem foi.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Doutor, há pouco, já o Deputado Honório Novo lhe fez esta pergunta mas penso que a resposta não foi ainda completamente esclarecedora. O que é que o fez voltar à mesa das

negociações? O que é que mudou substancialmente para que aquilo que o fez regressar a Angola o tenha feito regressar a Lisboa e tratar de finalizar este contrato de aquisição?

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Duarte Pacheco.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Peço desculpa, mas aquilo que nos fez voltar à mesa das negociações teve a ver com o seguinte: o contrato que tínhamos firmado em julho de 2011 estava a ser totalmente desvirtuado, isto é, aquilo que a equipa negocial fez, com base na nossa proposta, foi contratar uma nova empresa de advogados e, com essa nova empresa de advogados, veio com uma proposta totalmente nova, o que começou a arrastar as negociações e levou a que começássemos a ter desinteresse no negócio. Demorou quatro meses, isto é, foi de julho... As negociações começaram no final de agosto ou setembro e em novembro ainda não tínhamos chegado a acordo, a conclusão nenhuma.

Quando nos vieram dizer que, afinal, as condições que tinham combinado em julho já não eram assim, mas outra coisa totalmente diferente, achámos que isso já era demais e, por isso, dissemos: «Meus Senhores, assim não há negócio, assim nós vamos desistir». E, a seguir, até disse o seguinte: «Eu vou falar com os meus acionistas e, depois, comunico à Sr.^a Secretária de Estado».

Depois, lembrei-me que estava mandatado para dizer logo à Sr.^a Secretária de Estado que desistia e, então, desisti logo, naquele momento. O Dr. Jaime Pereira mandou as pastas para o arquivo, eu regresssei a

Luanda e começámos a pensar noutras coisas (todos os dias nós pensamos em novas coisas), pois temos um banco para gerir em Angola, um banco para gerir em Portugal... Começámos a pensar noutras coisas.

Quando nos chamaram à mesa das negociações e nos disseram que, afinal, o espírito da nossa proposta de julho podia ser negociado, ponto por ponto, com várias cedências, da nossa parte, a essa proposta. Por exemplo, as taxas das possíveis linhas de crédito foram totalmente alteradas e os prazos das linhas de crédito foram alterados de forma significativa. Nós acabámos por aceitar, porque achámos que, se nos estavam a pedir para vir à mesa das negociações, não perdíamos nada em começar novamente, e foi o que fizemos.

Voltámos a negociar, mas com base, essencialmente, na nossa proposta de julho. Não estou a dizer que foi a proposta de julho que foi aprovada, porque, na verdade, fizemos uma proposta em julho que foi rubricada por ambas as partes, e aquilo que eu esperava era que, a seguir à proposta de julho, houvesse alguns acertos de pormenor e de redação, relativamente à proposta que tenha sido negociada. Mas não! Aquilo que acabámos por aprovar e assinar, em 9 de dezembro, foi algo bastante menos favorável para o Banco BIC.

Esta é a realidade.

Posso afirmar o seguinte: em 9 de dezembro, quando assinámos, nem toda a gente dentro do Banco BIC estava disponível. Algumas pessoas, que achavam que o negócio não devia mesmo ser feito, acabaram por aprovar o negócio em solidariedade com os outros acionistas. Mas as pessoas tinham dúvidas, tinha passado muito tempo, o Banco estava muito mais degradado, tínhamos notícias de diminuição dos depósitos e de mais crédito mal parado, do crescimento do crédito mal parado.

Como sabe, a situação da conjuntura em Portugal é muito difícil para todos os bancos. E de um Banco, em que todos os dias se abre o Telejornal a dizer que o BPN é um bando de aldrabões, é normal que os clientes tenham medo, tenham receio. O senhor também é cliente de banco e, com certeza, sabe isso. Por isso, a 9 de dezembro tivemos algumas dúvidas se devíamos assinar ou não o acordo para a compra do BIC.

Acho que depois de estarmos tanto tempo a negociar, depois de tanto esforço, depois de também termos em atenção que, a médio e longo prazo, se gerirmos bem... E poucas entidades em Portugal terão condições para rentabilizar o BIC como nós temos, porque temos um grupo grande de agências no exterior, temos empresários credíveis que andam pelo exterior, que são nossos clientes lá e que podem ser nossos clientes aqui também. E continuo a afirmar que grande parte das empresas de construção civil em Portugal tem tido o nosso apoio, toda a gente sabe isso! Algumas delas ainda não foram para a insolvência porque tiveram o apoio do Banco BIC para se manter e para ir pagando salários.

Esta é a realidade. Por isso, decidimos fazer o negócio.

Sinceramente, com toda a frontalidade, olhos nos olhos, espero que, daqui a quatro ou cinco anos, possa dizer «fiz um ótimo negócio, correu bem». Mas já está a obrigar-me a uma coisa, que é vir muito mais vezes a Lisboa, quando gosto muito mais de estar do lado de lá do que vir a Lisboa todos os 15 dias, ou todos os meses.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Desculpe insistir, mas quando o Sr. Doutor diz: «Assinámos um acordo em julho e, depois, era tudo totalmente

diferente». O que quer dizer com «totalmente diferente»? Quer dizer, as pessoas tinham assinado um acordo, pelo que também não me parece muito legítimo que, de um dia para o outro, tudo seja «totalmente diferente». O que quer dizer exatamente com isso? O que é que era diferente? E porque é que demorou tanto tempo a negociar? Tem razão, nestas matérias, quatro meses é uma infinidade! O que é que era «totalmente diferente»? O que se pretendeu que ficasse «totalmente diferente»?

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Sr. Deputado, foi contratado um novo gabinete de advogados para assessorar a Caixa Geral de Depósitos, e esse gabinete de advogados entendeu que era melhor fazer uma proposta nova do que ver a proposta que tinha sido assinada. E a verdade é que fez uma proposta nova, totalmente diferente. Teve de ser negociada artigo a artigo, ponto por ponto, vírgula por vírgula, coisa que já tinha sido tratado até julho! Esta é a realidade, e isso fez com que o processo demorasse três ou quatro meses.

Se quer que lhe diga, houve um momento em que até pensei que houvesse alguém com interesse em degradar mais a situação do Banco.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Muito bem, Sr. Doutor. Agora, deixe-me perguntar-lhe o seguinte: se não tivesse havido uma intervenção do Primeiro-Ministro do Governo português, o Sr. Doutor teria regressado à mesa das negociações, ou não? Estou a perguntar-lhe, de outra forma, se acha que isso teve um peso determinante na sua decisão.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Não vou esconder que, sendo, para mais, o Primeiro-Ministro de um país a dizer: «Era importante que vocês voltassem à mesa das negociações», isso teve algum peso. Mas, também lhe digo que se a Sr.^a Secretária de Estado, por quem tenho muita estima e consideração, me telefonasse e me dissesse «Dr. Fernando Teles, vamos voltar ao espírito de 31 de julho, esqueça aquilo que lhe disse na última reunião», eu tinha voltado às negociações.

O Sr. **João Semedo** (BE): — O Sr. Doutor está a dizer, praticamente, que o Primeiro-Ministro «desautorizou» a Secretária de Estado, ou o sentido, o rumo das negociações!

Vozes do PSD: — Não, não!

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Presidente, quem tem de responder, até por cortesia, é o Dr. Fernando Teles, não são as bancadas do Governo!

O Sr. **Hugo Velosa** (PSD): — Mas podemos dizer apartes!

O Sr. **João Semedo** (BE): — Podem dizer apartes, mas não podem responder pelo Dr. Fernando Teles, que merece um tratamento educado, julgo.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Sr. Deputado, como lhe disse, e volto a afirmar, se a Sr.^a Secretária de Estado nos tivesse ligado e dito «voltámos ao espírito de 31 de julho», nós tínhamos voltado à mesa das negociações.

É lógico que tenho consciência de que o Sr. Primeiro-Ministro estava preocupado que ficasse deserto o concurso, e penso que, em nome do interesse nacional, achou por bem mover a sua influência, falando primeiro com o meu colega, presidente da comissão executiva em Portugal, que lhe disse: «Olhe que já arrumámos as pastas e os acionistas já decidiram que não e já estão noutra!». E estávamos noutra, já estávamos a conversar com outras pessoas. E, nessa altura, para voltarmos à mesa das negociações, julgo que ele achou por bem contactar-nos.

Mas, como não estou na cabeça do Sr. Primeiro-Ministro, não sei por que razão ele nos contactou. Penso que nos contactou porque estava preocupado com a situação da eventual falência e encerramento do BPN.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Há pouco, o Sr. Dr. Fernando Teles já disse que não queria falar sobre a eventual influência que o governo de Angola tenha tido no desenvolvimento deste processo, sendo certo que há ou, pelo menos, são-lhe atribuídas declarações em que o Sr. Doutor assumiu que o governo angolano tinha tido qualquer papel.

Como o Sr. Doutor não quer falar nisso, vou fazer-lhe uma outra pergunta: para além do Primeiro-Ministro e da equipa do Ministério das Finanças, mais algum Ministro do Governo português teve intervenção, direta ou indireta, junto de si ou de qualquer outro membro da administração do BIC, para que este negócio se concretizasse?

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Que eu saiba, não. E também nunca afirmei aquilo que o Sr. Deputado Honório Novo disse há bocado, de que eu teria afirmado de que haveria alguém do governo angolano... Nunca afirmei isso, é mentira. Aquilo que está no jornal — e vou dizer o que lá está — é que o Sr. Primeiro-Ministro me contactou para Luanda. Foi isso que eu disse e é o que está no jornal. O senhor leia se é isso que lá está, ou não.

Não venham com subterfúgios, porque é isso que está no jornal.

Se houve algum jornal que, depois, publicou outra coisa, não sei, mas não acredito. O que está lá é que me chamaram para Luanda a pedir para vir negociar e para conversar, e nós mostrámos disponibilidade para vir negociar.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — O que o Sr. Doutor diz é exato numa parte. O jornal diz exatamente isso, atribuindo-lhe a si essas declarações, dizendo que o Primeiro-Ministro, primeiro, tinha contactado o Eng.º Mira Amaral e que, na sequência disso, teria feito um contacto consigo — é exatamente o que está no jornal. Mas, há outros jornais em que se refere, também, a intervenção do governo angolano e são-lhe atribuídas, a si, a confirmação desses contactos. Não é subterfúgio nenhum, é o que está nos

jornais. Pode é não corresponder à verdade e, se o Sr. Doutor diz que não corresponde à verdade, tudo bem.

Deixe-me insistir, ainda relativamente a membros do Governo português. Como sabe, temos um Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Dr. Paulo Portas, que inaugurou uma coisa chamada assim, a modos de «diplomacia económica», e há também um órgão de informação que atribui ao Dr. Paulo Portas, numa das suas visitas a Angola, uma intervenção de sensibilização relativamente à compra do BPN.

Queria saber se o Sr. Doutor teve conhecimento e se foi, digamos, uma das figuras envolvidas neste processo, que tenha sido contactada pelo Dr. Paulo Portas.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Isso não corresponde à realidade.

Na verdade, o Dr. Paulo Portas esteve na inauguração da FIL, da Feira Internacional de Luanda. Cumprimentei o Dr. Paulo Portas, que me foi apresentado pelo Eng.º Mira Amaral, mas não tive mais conversa nenhuma com o Dr. Paulo Portas. Houve um jornal — o jornal *i* — que publicou essa intervenção, nós fizemos o desmentido, mas, infelizmente, o jornal esqueceu-se de publicar o nosso desmentido.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Muito bem, Sr. Doutor.

Voltemos, então, ao início de todo este processo.

Há pouco, disse que tinham desistido do concurso público porque não lhes pareceu vantajoso, e argumentou até que todos os outros candidatos — ou interessados, aliás — também não tinham concretizado o seu interesse. Julgo que isso só é possível dizer no fim do concurso, como é evidente, porque durante o concurso, seguramente, nenhum dos candidatos sabia se haveria ou não algum candidato a concretizar a sua candidatura. Mas queria perguntar-lhe se, na decisão que tomou, de não se candidatar à compra do BPN no concurso público, pesou ou não a previsão ou até o conhecimento de que haveria um segundo concurso, a decorrer numa outra modalidade, para a venda do BPN.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Eu já sabia que ia mudar o Governo, que ia haver um segundo concurso e que nós íamos concorrer a esse segundo concurso com um novo Governo, porque, como o senhor sabe, no primeiro concurso era o Governo de um partido e no segundo concurso, porque entretanto houve eleições, era um Governo de outro concurso. Acho que o senhor está a fazer uma grande confusão, ou não deve estar, cronologicamente, a ver como as coisas decorreram.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Não, o Sr. Doutor é que está a fingir que não percebe o que lhe estou a perguntar, mas percebe! O que estou a perguntar não é se o Governo mudou, porque isso já nós sabemos. É que, além de mudar o Governo, também mudou a natureza do concurso: era um concurso público e passou a ser um concurso por venda direta.

O que perguntei foi o seguinte: quando decidiu não concorrer no primeiro concurso, pesou nessa decisão a possibilidade, ou até o conhecimento, de que haveria um segundo concurso de outra natureza, que pudesse ser mais favorável a quem pretendia comprar o Banco? Foi isso que perguntei, não estou a confundir os governos, nem a confundir dois processos de venda muito diferentes um do outro!

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Sr. Deputado, pelos vistos, no primeiro concurso, o BIC não concorreu, mas houve muitos concorrentes e, por isso, se calhar, os outros concorrentes também ficaram à espera do segundo concurso.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Doutor, eu insisto: não perguntei pelos outros concorrentes, que não estão cá, estou a perguntar-lhe a si, que é o único concorrente ao primeiro e ao segundo concursos.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Sinceramente, Sr. Deputado, o senhor sabe que é não, e sabe que isso não tem... Houve eleições, ia haver um novo Governo, o Banco tinha de ser vendido, isso é tudo situações que não... Parece-me um bocado descabida a sua pergunta, mas respondo-lhe «não».

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Terminou, Sr. Deputado João Semedo?

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Cabe agora a palavra ao Partido Social Democrata, através do Sr. Deputado Afonso Oliveira.

O Sr. **Afonso Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar o Sr. Dr. Fernando Teles e o Sr. Dr. Jaime Pereira pela presença nesta Comissão.

Hoje já ouvi uma série de respostas muito elucidativas da vossa postura perante este negócio, mas colocava mais algumas questões que me parecem fazer sentido e que importa esclarecer.

Do conhecimento que o Sr. Dr. Fernando Teles tem do setor bancário e das questões financeiras, e ainda o facto de, agora, conhecer bem a realidade do que é o BPN, considera que o Estado procedeu bem ao arrastar no tempo o processo de venda do BPN?

Como sabe, a compra do BPN é uma compra, nos termos em que foi feita, com o preço que foi possível. Se tivesse sido vendido mais cedo, pelo conhecimento que agora tem a administração do Banco, poderia ter um valor diferente? Acha que o arrastamento do processo de venda destruiu o valor do Banco ou, pelo contrário, acrescentou valor ao Banco?

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Já o disse publicamente, mas repondo ao Sr. Deputado. Até compreendo a nacionalização, mas o Banco devia ter sido vendido entre seis meses e — o mais tardar — um ano depois da

nacionalização. Todos os dias, após esses seis meses, o Banco esteve a perder valor.

Felizmente, hoje começa a ganhar valor novamente, com a integração no BIC, mas esteve a perder valor. Grande parte dos seus trabalhadores passou por uma situação muito difícil — eu não queria estar na pele deles. Acho que o Banco devia ter sido vendido mais cedo; talvez tenham tido receio da conjuntura económica e, por isso, não avançaram, mas, repito, acho que o Banco devia ter sido vendido mais cedo.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira**: — Como em qualquer empresa, é melhor uma má decisão do que não tomar decisão nenhuma!

O Sr. **Afonso Oliveira** (PSD): — Sim, ouvi o comentário que fez. Realmente, às vezes, é preferível uma decisão do que uma não decisão.

Sr. Dr. Fernando Teles, o que nos diz também se aplica aos trabalhadores, à motivação dos trabalhadores, em termos de perda de valor do Banco.

Nesta Comissão de Inquérito, como sabe, também pretendemos avaliar o custo global que tudo isto vai ter para o Estado português, para o País, e perceber se esse custo que o Estado vai ter seria menor se outras decisões tivessem sido tomadas de forma diferente e em tempo diferente.

Em relação à aquisição do BPN pelo Banco BIC, já disse aqui que não sabe se foi um bom negócio, mas pergunto-lhe, mais uma vez: foi um bom negócio para o BIC, foi um bom negócio para o Estado, ou foi um bom negócio para ambas as partes no momento em que foi feito? Poder-me-á responder, como já o fez hoje, que daqui a uns anos veremos, de acordo com o resultado que o Banco poderá ter, daqui a cinco anos veremos se o Banco foi, ou não, um bom negócio.

No entanto, no momento em que fez o negócio, entende que foi um bom negócio para ambas as partes, ou foi um melhor negócio para o BIC?

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Na minha opinião, pode vir a ser um bom negócio para ambas as partes. Para o Governo foi uma solução. Aliás, como sabem, Bruxelas aconselhou o Governo a vender ao preço que vendeu, porque a solução contrária era pior em termos de custo, e isso está publicado nos relatórios de Bruxelas. Por isso, esperamos que seja um bom acordo para ambas as partes.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra o Sr. Deputado Afonso Oliveira.

O Sr. **Afonso Oliveira** (PSD): — O Sr. Doutor também já disse hoje que, na sua opinião, não havia alternativa para a venda do Banco. Devo dizer-lhe que foi essa a opinião da maior parte das pessoas que por aqui passaram, Inclusive o Prof. Teixeira dos Santos, na altura Ministro das Finanças, também referenciou que não haveria alternativa à forma como o Banco foi vendido.

Perguntava-lhe também, agora que adquiriu o Banco, qual a estratégia que o Banco BIC tem para o BPN, neste momento.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — A estratégia é a de procurar manter o maior número de postos de trabalho e o maior número de agências possível e de, daqui a três ou quatro anos, sermos um banco de referência em Portugal. E vamos utilizar todas as nossas sinergias e toda a nossa capacidade a nível externo. Já referi aqui que somos o principal banco dos importadores angolanos, somos o terceiro banco em termos de dimensão, e o terceiro ou quarto banco em termos de depósitos ou crédito. Friso que somos o principal banco de quem importa em Angola e somos o banco privado com maior rede bancária em Angola.

Por isso, daqui a alguns anos, esperamos ter tornado o BIC um banco ao nível de outros bancos por onde já passei. Como referi, já passei por cinco bancos desde que comecei a trabalhar aos 14 anos de idade e, por isso, conheço muito bem a banca. Acho que, com a equipa que temos, com as sinergias que temos a nível externo, com o apoio que vamos dar ao crescimento do BIC em Portugal, daqui a algum tempo o Banco BIC vai ser um banco de referência também em Portugal.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra o Sr. Deputado Afonso Oliveira.

O Sr. **Afonso Oliveira** (PSD): — Sr. Dr. Fernando Teles, então, na sua opinião, perante o cenário que nos traçou agora aqui em termos de estratégia que pretende para implementar o Banco em Portugal (e para que os portugueses também percebam por que é que o BIC comprou o BPN, porque é isso que, no fundo, estamos aqui avaliar), qual a principal vantagem competitiva do BIC para Portugal?

Como foi referenciado, já percebemos que o facto de ser um banco de Angola, digamos assim, com interesses em Angola, tem uma

importância estratégica para as empresas portuguesas que estão em Angola, nomeadamente na construção civil. No entanto, pergunto-lhe qual a principal vantagem competitiva do Banco em Portugal hoje, no negócio não só com Angola mas também em Portugal.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Nós vamos, com certeza, apoiar as exportações portuguesas para todas as partes do mundo, mas também para Angola. Vamos, com certeza, continuar a apoiar as empresas portuguesas que trabalham connosco em Angola — temos 700 000 clientes em Angola que trabalham connosco. Vamos ter a possibilidade de pagar salários e, com certeza, crédito aos cada vez mais trabalhadores portugueses que andam por Angola. E isso vai permitir que nós também venhamos a ajudar o País nesta recuperação e neste crescimento.

Há dias disse, em tom de brincadeira, que em Angola, felizmente, mesmo com todas as dificuldades que tem, visto que é um país novo, um país que está a crescer, as pessoas andam alegres. Infelizmente, em Portugal anda tudo muito triste. Ora, o que esperamos é trazer alguma da nossa alegria para ajudar o BIC a crescer em Portugal e ajudar a banca portuguesa também.

Pessoalmente, acho que grande parte da nossa crise económica e da nossa situação é porque toda a gente fala mal, toda a gente diz que está tudo muito mal, está tudo muito mal, está tudo muito mal... O pessimismo é tão grande que as pessoas não dormem durante a noite, e se durante a noite não conseguem dormir, no dia seguinte não conseguem trabalhar bem

e, depois, não conseguem exportar, não conseguem arranjar novos mercados.

Temos de ter consciência que temos que trazer algum *élan* e temos de ajudar as empresas a crescer, a sair do marasmo em que algumas estão. Há muitas empresas que hoje continuam a trabalhar bem. E refiro aqui que o Banco BIC está a ajudar muitas empresas que estão a trabalhar com Angola ou empresas angolanas que têm a sua logística em Portugal, empresas de logística em Portugal e que têm o seu principal fornecimento através da Europa em Portugal.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra o Sr. Deputado Afonso Oliveira.

O Sr. **Afonso Oliveira** (PSD): — Sr. Dr. Fernando Teles, o que nos transmite — e isso é claro para todos — é que a confiança é um fator fundamental e, portanto, se não houver confiança nos mercados, todos sabemos isso, a economia não funciona e não é possível haver uma dinâmica económica que permita criar valor ao País e criar riqueza.

É certo que o Banco BIC adquiriu o BPN com escolha de créditos e com um *ratio* de solvabilidade mais do que cumprido — permita-me pôr as questões nestes termos —, isto é, acima daquilo que é o *ratio* mínimo. Ou seja, como muitas vezes é referenciado como tendo uma posição relativamente interessante para apoiar a economia portuguesa. O que é dito muitas vezes, em muitas opiniões que surgem na imprensa portuguesa, é que tem uma posição privilegiada face a outros bancos, que têm que cumprir alguns *ratios* de solvabilidade.

Perguntava-lhe — e gostava que acrescentasse ao que já aqui referenciou — se a estratégia de apoiar a economia portuguesa passa por

apoiar também em termos de crédito, que é uma das matérias de que muitas vezes se fala, e com razão, em Portugal. Refiro-me à necessidade que o setor exportador (e as empresas) tem de ser apoiado pelo Banco BIC. Já disse que o ia fazer, mas em que medida é importante para o mercado português, em que medida o Banco BIC está melhor posicionado para apoiar as empresas em matéria de crédito?

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — O Banco BIC Português, antes da aquisição do BPN, era um banco com 1 bilião e 100 milhões em depósitos, que não chega a 300 milhões em crédito, o que quer dizer que tínhamos liquidez. É lógico que temos de ir seleccionando os clientes e temos de ver a quem emprestamos, mas acho que, com esta fusão, com o aumento da base de clientela, vamos ter mais condições para continuar a conceder mais crédito.

Aliás, posso dizer-vos que no BPN fazia-se crédito uma vez por semana e, hoje, já está a haver dois conselhos de crédito por semana, pelo menos à terça e à quinta-feiras, o que quer dizer que há mais operações de crédito a entrar, estão a fazer-se mais análises relativamente aos créditos que estão a fazer.

Agora, se me perguntar se vamos resolver o problema do crédito em Portugal, respondo-lhe que não vamos, mas estamos a ajudar! Já referi várias vezes, e volto a frisar: os senhores, que contactam com as empresas portuguesas que estão em Angola e, sobretudo, com as empresas exportadoras, perguntem-lhes quem é que as tem estado a apoiar nos últimos seis meses, por exemplo.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra o Sr. Deputado Afonso Oliveira.

O Sr. **Afonso Oliveira** (PSD): — Sr. Dr. Fernando Teles, não resisto a perguntar-lhe o seguinte: já se percebeu que a estratégia de curto prazo é, digamos, apoiar as empresas. Tem capitais para isso, tem *ratios* cumpridos, mas é um facto que tem uma quota de mercado muito reduzida. Ora, perante a quota de mercado que tem neste momento, perante as circunstâncias em que o País vive, a conjuntura internacional que todos conhecemos, e perante a atual situação da economia portuguesa, das empresas portuguesas, pergunto-lhe, em termos de médio e longo prazo, isto é, daqui a cinco ou dez anos, onde é que o Banco BIC Portugal quer estar, quer em termos de quota quer em termos de posicionamento no mercado.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Muito rapidamente, vou dizer o seguinte: cheguei a Angola há 19 anos e éramos, na altura, o quinto banco; saí desse banco há 12 anos — o banco do BPI — e éramos líderes de mercado; comecei o Banco BIC há 7 anos e hoje somos o banco que lidera as importações de Angola.

Para isso é preciso equipas, é preciso trabalho e acho que nós temos condições para o fazer e temos condições para apoiar, continuo a dizer, os empresários que têm falta de liquidez, mas que têm, economicamente, condições para continuar a crescer. Com o conhecimento que temos através do BIC Angola, através dos meus colegas que estão no BIC em Portugal — e a equipa de gestão é uma equipa com experiência. Posso dizer-lhe que o Dr. Jaime Pereira foi, por exemplo, a pessoa da Deloitte que acompanhou a

banca toda em angola durante 18 ou 19 anos, e não é por acaso que é vice-presidente da comissão executiva: é vice-presidente da comissão executiva porque conhece bem o mercado angolano e está connosco há quatro anos no BIC português, porque conhece e faz a ponte, também. O meu principal adjunto em Angola, o Sr. Diogo Barrote, é administrador do BIC Português, e não é por acaso. Está no BIC português porque conhece bem as empresas que estão a trabalhar noutros continentes e pode ajudar-nos.

É com essa mais-valia que nós esperamos... Não vamos tirar quota de mercado, com certeza, aos grandes bancos, vamos continuar a ser um pequeno banco, mas espero, daqui a algum tempo, estar entre os principais bancos portugueses. Se calhar, da minha parte, é algo ousado, mas é a minha esperança.

Eu disse o mesmo há sete anos, quando fundei o BIC. Na altura em que fundei o BIC éramos o 14.º banco e hoje somos o 3.º/4.º e já somos o 1.º em algumas coisas, o que me dá algum gozo.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra o Sr. Deputado Afonso Oliveira.

O Sr. **Afonso Oliveira** (PSD): — Pegando na confiança que quer transmitir, permita-me dizer assim, e no espírito positivo em relação ao futuro do Banco, retomava a questão dos trabalhadores.

O Dr. Fernando Teles disse já hoje que, no processo de aquisição pelo Banco BIC, o compromisso existente é para ficar com 750 trabalhadores. Neste momento, tem já 1100 trabalhadores, ou seja...

O Sr. Dr. **Jaime Pereira**: — Ainda temos!

O Sr. **Afonso Oliveira** (PSD): — Ainda têm? Ainda podem ter mais ou menos... Percebo que há aqui uma margem e que poderá haver um crescimento.

Sei que já falou um pouco sobre isto, mas perguntava-lhe se há uma forte expectativa... E este é um dado positivo desta negociação, porque sabemos (e os portugueses também sabem) que se houvesse liquidação do Banco não ficava nenhum trabalhador e, neste momento, 1100 trabalhadores estão no BIC. Portanto, dada toda a dinâmica positiva que transmitiu aqui em relação ao banco, a expectativa positiva é que, até ao final do acordo, possa haver um crescimento deste número de trabalhadores, ou não?

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Até dezembro, vamos ter de decidir quais os balcões que encerramos e se encerramos. Não vou esconder que só encerraremos balcões — e é possível que o façamos — se virmos que não temos outras alternativas, porque posso dizer-lhe que o BPN tem muito bons trabalhadores, mas também tem algumas equipas que foram trucidadas por estes três, quatro anos de apatia e de maledicência relativamente ao BPN. Vai ser difícil recuperar alguns trabalhadores para voltarem a ser os bons comerciais que já foram. Mas não vou esconder que estamos a gostar da maioria dos trabalhadores; acho que, para aquilo que eles passaram, estão a fazer um ótimo trabalho.

O que esperamos é que, se nós conseguirmos e também se o País, se o mundo e se a Europa, entretanto, forem recuperando em termos económicos, se nós pudermos não despedir, não vamos despedir. Não vou

assumir aqui compromisso algum de não despedir, até porque o nosso compromisso — continuo a frisar — é ficar com um mínimo de 750 trabalhadores e um mínimo de 160 agências, e isso é sagrado. Mas é possível que venhamos a ficar com números acima.

Já disse publicamente que, ou com estes ou com outros — bem precisamos que comece a entrar alguma gente jovem —, julgo que daqui a dois, três anos o BIC em Portugal há de ter 1200/1300 trabalhadores. É aquilo que espero para o BIC, daqui a dois, três anos. É esta a minha expectativa.

Agora, se me perguntar assim: «Mas você não vai despedir ninguém, nenhum dos trabalhadores que estão nas agências?» Estamos a analisar isso, estamos a ver balcão a balcão e não vou esconder que há pequenas praças, pequenas aldeias e municípios, onde estão demasiados bancos e o negócio não chega para todos. Não vou esconder isso.

Temos de analisar ponderadamente, em termos racionais; se pudermos não despedir, não vamos despedir; se pudermos manter os trabalhadores, vamos mantê-los. Agora, aquilo que combinámos é sagrado e isso vamos cumprir de certeza absoluta, mas a minha expectativa é que o BIC, a dois, três anos, tenha 1200/1300 trabalhadores.

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Sr. Deputado Afonso Oliveira, faça favor.

O Sr. **Afonso Oliveira** (PSD): — Penso que esta informação é relevante porque indica claramente que a expectativa que existe, relativamente ao que foi afirmado no período inicial de venda do BIC, que o número de trabalhadores cairia para metade, é francamente mais interessante e, embora não chegue do número de global de trabalhadores

que existia no BPN na altura, está muito próxima desse valor, o que para nós é um dado muito positivo.

Já agora e para fechar este *dossier*, não equaciona abrir novos balcões noutras praças? Pode haver uma má distribuição de balcões no País e fala em encerrar balcões. E abrir novos balcões não é possível?

O Sr. **Presidente** (Duarte Pacheco): — Sr. Dr. Fernando Teles, faça favor.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Estamos a pensar e a equacionar isso, porque há locais onde temos melhor cobertura e há locais onde temos pior cobertura. Mas num pequeno município onde estão seis agências de vários bancos, como sabe, quem abriu primeiro, se for eficiente, é que tem a maior parte da clientela e os que abriram por último... Na verdade, houve sítios onde o BPN abriu por último e pode acontecer que encerremos nalguns sítios e venhamos a abrir outros balcões em locais que achemos que têm maior rentabilidade.

Estamos a estudar, não há decisão definitiva, mas da mesma maneira que abrimos em 2008 e, entretanto, abrimos sete agências – mesmo dizendo as pessoas que não havia mercado, que não havia condições, a verdade é que abrimos... – hoje, com a rede que temos, vamos continuar a tentar e a procurar que, com uma gestão racional, com uma boa gestão, possamos manter postos de trabalho.

Tenho preocupação social e o que mais me custa é ter de dizer a um trabalhador que tem de ir para casa. Tenho essa preocupação.

Já frisei aqui duas ou três vezes que comecei a trabalhar com 14 anos de idade, não foi... Tirei dois cursos superiores à noite e comecei a trabalhar muito cedo, sei o que vida custa, sei o que vale o trabalho de cada

um, mas, logicamente, nas empresas, temos de ter consciência que as empresas têm de ser viáveis. O pior que pode acontecer é tornarmo-nos uma empresa inviável porque não decidimos e porque deixamos as coisas andarem sem futuro e sem rumo.

Aquilo que queremos é pôr o BIC com credibilidade em Portugal, sermos um banco de referência, sermos um banco onde as pessoas entram e sabem o que é que esperam. É isso que esperamos. Vamos ver se conseguimos; acho que vamos conseguir porque já o conseguimos noutra sítio.

Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Presidente, Vitalino Canas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Afonso Oliveira, tem a palavra.

O Sr. **Afonso Oliveira** (PSD): — Sr. Dr. Fernando Teles, na nossa ótica, o que está a transmitir é uma visão claramente positiva para os trabalhadores do banco, que o estão certamente a ouvir neste momento.

Esse dado de tentar expandir o banco e manter, tanto quanto possível, os trabalhadores é um dado muito positivo para nós.

Outra nota: disse hoje, aqui, que houve um momento em que estiveram para desistir do Banco. Isso já foi aqui referenciado, mas gostava que pudesse clarificar se isso significa que o valor do BPN para o Banco BIC não era assim tão interessante no momento da compra. Isto também já foi aqui dito. Ou seja, os senhores estudaram alternativas de investimento no mercado português. Gostava que comentasse esta afirmação.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Fernando Teles, faça favor.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Sr. Deputado, já agora, vou fazer aqui uma inconfidência.

Na nossa proposta de julho, propusemos, para comprar o Banco, 30 milhões. Foi à última da hora, à mesa das negociações, que aumentei de 30 para 40. E mesmo assim achava que 30 milhões, se calhar, era caro. Se calhar, o Banco a valor zero,... quem o comprasse e assumisse os trabalhadores e a gestão do Banco estava a fazer um bom serviço ao País. Esta é a minha análise.

Mas também achámos que sendo nós, Banco BIC, um banco que tem uma plataforma noutra país, que é um país com ligações históricas e grande influência, em termos económicos, em Portugal, tendo nós essa ligação, podíamos contribuir para que o BPN, junto com o BIC, se tornasse um Banco rentável.

Agora, posso dizer-lhe que se eu, Fernando Teles, tivesse 40 milhões de euros em Portugal e fosse sozinho comprar o BPN, não teria comprado o BPN. Se não tivesse o BIC por detrás, não tinha hipótese nenhuma! O BPN, comprado por empresários que não estejam ligados ao setor bancário e não tenham outro apoio e outras sinergias, não tinha condições nenhuma para ser viável e para ser rentável.

Infelizmente, o BPN degradou-se muito nos anos em que esteve por vender. Para além disso, toda a agente sabe, o BPN tem algumas situações relativamente ao crédito – mas não vale a pena falarmos nisso – que não são muito normais.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Afonso Oliveira, faça favor.

O Sr. **Afonso Oliveira** (PSD): — Já agora, a propósito da questão que abordou, sobre o valor do Banco, a Sr.^a Secretária de Estado, que esteve esta nesta Comissão, afirmou, de forma muito clara, que o BPN foi vendido pelo preço possível. Nem por este valor, disse na altura, havia outra entidade que tivesse credibilidade no mercado e estivesse interessada. Isso foi referenciado.

Gostava que comentasse estas informações e nos transmitisse se o Banco BIC tem uma clara convicção – sei que já o disse aqui, hoje, de alguma forma – de que a aquisição se fez por um preço adequado ou, pelo contrário, foi um preço baixo? Às vezes também se fala nisso...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Fernando Teles, faça favor.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Já referi aqui e volto a frisar: tudo aquilo que o Governo pudesse fazer para manter os postos de trabalho e para que o Banco não fosse à falência, para que os depositantes recebessem...

Já agora, vou dizer aqui outra coisa que ainda não foi dita mas que acho que deve ser dito: por exemplo, Bruxelas, achava que as obrigações subordinadas não deviam ser pagas aos investidores. E são 240 milhões de euros de obrigações subordinadas! Bruxelas achava que os investidores, as pessoas que depositaram o seu dinheiro e compraram as obrigações subordinadas deviam receber zero, como receberam os acionistas. Nós, BIC, recusámo-nos a fazer o negócio se Bruxelas não alterasse esse ponto, porque achamos que não é possível que as pessoas que investiram o seu dinheiro de boa-fé em obrigações do Estado, obrigações de um banco, não recebam o seu dinheiro, e isso está no contrato que acabou por ser assinado, defendendo nós os depositantes dessas obrigações, porque achamos que

essa é que é a situação normal. Recusámo-nos a ficar com o Banco não havendo o pagamento das obrigações subordinadas, no seu vencimento.

Bruxelas não aceita que paguemos as obrigações antecipadamente, isto é, se quisermos pagar amanhã as obrigações às pessoas que as subscreveram não podemos pagá-las, só as podemos pagar quando elas se vencerem, daqui a quatro ou cinco anos, mas é melhor para quem investiu o seu dinheiro do que uma situação em que as obrigações não eram pagas a ninguém. Esse era o objetivo de Bruxelas, que nós não aceitámos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Afonso Oliveira, faça favor.

O Sr. **Afonso Oliveira** (PSD): — Muito rapidamente, apenas mais uma ou duas perguntas.

Já foi aqui falada a questão da linha de crédito, a linha de liquidez que está estabelecida no acordo-quadro com a Caixa Geral de Depósitos, de cerca de 300 milhões de euros. A pergunta é a seguinte: inicialmente, havia um preço estabelecido, na primeira proposta ou na primeira negociação que houve com o BIC, e na negociação final o preço é francamente mais interessante para o Estado, para pormos as coisas nestes termos. Gostava que comentasse esta questão.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Fernando Teles, faça favor.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — A linha de crédito, inicialmente, foi negociada à Euribor mais 1.25 e acabou por ser aceite por nós à Euribor mais 4 pontos. Foi um das alterações que houve de julho para dezembro. Não achámos anormal, achámos que era aceitável por nós porque... Se quer que lhe diga, francamente, estou plenamente convencido que o BIC

não vai utilizar esta linha de crédito, porque ela tinha o pressuposto que os depósitos baixassem e nós não fossemos capazes de ultrapassar 1.8 biliões em depósitos. Ora, a minha expectativa é que daqui a três ou quatro meses, de certeza absoluta, vamos ultrapassar 1.8. Isto é um ponto de honra para mim e para a minha equipa e de certeza absoluta que o vamos fazer

O Sr. Dr. **Jaime Pereira**: — Um banco sem clientes não funciona. Preferimos pagar esta taxa aos nossos clientes do que numa linha de crédito. Um banco sem clientes não funciona.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Afonso Oliveira, faça favor.

O Sr. **Afonso Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, termino fazendo um comentário e passarei a palavra ao meu colega Hugo Soares, que também tem questões para colocar.

Penso que vale a pena referenciar aqui e gostava que ficasse registado, que o processo de negociação com o Banco BIC se traduziu claramente numa melhoria das condições para o Estado, na ótica do Estado. Não é prejudicando o Banco BIC, mas numa negociação há preços que são estabelecidos e há claramente aqui uma melhoria das condições na ótica do Estado.

Sr. Dr. Fernando Teles, agradeço as respostas que nos deu.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Soares, faça favor.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Dr. Fernando Teles, Sr. Dr. Jaime Pereira, obrigado pelos vossos esclarecimentos.

Queria deixar aqui algumas questões. A minha primeira pergunta é muito rápida e direta e as seguintes vão estar relacionadas com esta.

É importante voltarmos a frisar um ponto que já aqui foi sobejamente explorado nesta Comissão mas, ainda assim, para depois encadear o resto das perguntas, gostaria que respondessem ao seguinte: quem é que preparou as regras do concurso a que o BIC foi? Foi o atual Governo ou o Governo anterior?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Fernando Teles, faça favor.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — O Governo anterior preparou umas regras e preparou um concurso que ficou deserto. Nós gastámos 100 000 euros no levantamento do caderno de encargos ... Com o Governo anterior, em 2010. Nessa altura, gastámos 100 000 euros, olhámos para os números, analisámos o Banco e achámos que o Banco não valia 180 milhões. Para nós, a preço zero era caro. Por isso, não concorremos.

Posteriormente a isso, quase um ano depois, vieram convidar-nos para apresentarmos uma proposta. Aí, já não tínhamos que comprar o Banco todo, podíamos fazer uma proposta de aquisição de parte do Banco. Aqui já foi o atual Governo, em março... Julgo que já foi o atual Governo...

O Sr. Dr. **Jaime Pereira**: — Foi posteriormente à intervenção da troica.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Peço desculpa, mas não tenho esse número de cor.

Vieram-nos dizer que já não havia regras tão rígidas, uma vez que o concurso tinha ficado deserto, e se nós quiséssemos fazer uma proposta para aquisição de parte do Banco ou daquilo que nos interessasse no Banco, podíamos fazê-la. Lembro que, por exemplo, o Montepio fez uma proposta para a aquisição de alguns balcões. Não ficava com trabalhadores, não ficava com nada!

Nessa altura, fizemos uma proposta, liderada pelo Dr. Jaime Pereira, que analisou com os nossos consultores, mas muito do trabalho ou quase todo o trabalho se deve à equipa dele. Analisámos e chegámos à conclusão que, para o Banco ser viável, não podíamos ficar nem com todo o crédito, nem com todos os trabalhadores nem com todos os balcões porque, se não, com a estrutura que tínhamos, íamos à falência muito rapidamente. Então, fizemos a proposta para comprar o Banco em determinadas condições. E foi nessas condições que começámos a negociar, foi nessas condições que assinámos um memorando de acordo no final de julho do ano passado. Estivemos a negociar duas ou três semanas seguidas, no final de julho do ano passado, esse memorando.

Já referi isso e, portanto, acho que já respondi à sua pergunta.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira**: — Só uma precisão. Convém não esquecer que o memorando da troica impunha ao Estado português a venda do BPN ou o seu encerramento, com um *dead line* até 31 de julho.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Soares, faça favor.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Facto importante: foi anterior Governo que chamou novamente o BIC à negociação. Isto é um facto importante porque vai entroncar no resto das perguntas que quero colocar.

Não vamos estar aqui, se me permitem a expressão, «a tapar o sol com uma peneira», fingindo que as declarações públicas à volta deste negócio nos passam ao lado.

Houve, de facto, a tentativa de querer colar a venda do BIC ao atual Governo, como se fosse uma espécie de grande favor que se estava a fazer ao BIC. Acho que já ficou demonstrado que não foi.

Mas quero ainda perguntar-lhe o seguinte: já hoje, aqui, foram levantadas algumas sombras acerca da intervenção do Sr. Primeiro-Ministro. Quero dizer que onde alguns veem sombras, vejo um grande sentido de Estado. A intervenção do Sr. Primeiro-Ministro fez, ou não, com que mais de 1000 trabalhadores não fossem para o desemprego, que o Estado não deixasse de encaixar pelo menos 40 milhões de euros, numa fase inicial, que o Estado não assistisse, impávido e sereno, à falência de um Banco nacionalizado? Foi ou não isto que resultou da intervenção do Sr. Primeiro-Ministro?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Fernando Teles, faça favor.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — É correto. Nessa fase, eram 1600 trabalhadores que teriam ido para o desemprego. Isso é a realidade, é a verdade. Como disse, e continuo a repetir, se as condições de julho... Nós nunca falhámos em relação ao que assinámos em julho e só desistimos do negócio porque, em determinada fase, nos queriam impor uma coisa bastante diferente.

É verdade que viemos a assinar uma coisa diferente, também por imposição da troica. Mas fomos ponderando e fomos chegando à conclusão... Por exemplo, nesta questão, de que muita gente falou, da linha de crédito, é só a Euribor... Não! É a Euribor mais 1.25, e passou para 4%

— para nós, os 4% não têm problema algum, porque estamos a dar, se calhar, menos do que isso pela remuneração dos depósitos aos nossos clientes. Nós preferimos remunerar os depósitos dos clientes e arranjar *funding* do que ir recorrer à linha da Caixa Geral de Depósitos.

Agora, se me disserem assim: «Vocês quiseram uma almofada para não morrerem à chegada à praia». É verdade!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, a quem chamo a atenção de que o PSD já ultrapassou os 10 minutos de intervenção.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Obrigado, Sr. Presidente.

A Comissão de Inquérito serve para apurar factos e o primeiro a que chegámos, pelo menos a partir destas minhas perguntas, é o de que foi o anterior Governo que chamou o BIC à negociação, que chamou o BIC a fazer uma proposta, e o segundo facto, apurado precisamente agora, é o de que, não fosse a intervenção do Sr. Primeiro-Ministro, em última instância (porque houve coisas que se alteraram entretanto, e já lá vou), tinha havido 1600 trabalhadores que iam para o desemprego, repito, o Estado tinha deixado de encaixar, logo e no momento, 40 milhões de euros e assistia, impávido e sereno, como eu disse, à falência de um banco nacionalizado.

Estranho — e vou partilhar consigo esta estranheza — o seguinte: as regras do concurso da venda ao BIC estavam preparadas, os senhores fizeram uma proposta, mas, a partir de determinado momento, disse o senhor, algumas das condições começaram a mudar — e já o disse duas ou três vezes e eu anotei-o —, porque foi contratada uma nova equipa jurídica. Ora, quero perguntar-lhe com toda a franqueza: mudou a equipa jurídica que estava a tratar do assunto? Sentiu que havia alguém, alguma coisa,

algum engulho no caminho, algum obstáculo promovido por alguém, sabe-se lá por quem — não sei, mas gostava de saber —, para que a venda ao BIC não se concretizasse?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Sr. Deputado, acho que já respondi a isso. Quer dizer, já disse que houve um determinado momento em que achei que parecia que queriam levar o Banco à falência, não percebo com que objetivo!?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Lopes Soares.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, vou voltar à questão, dando depois oportunidade ao Dr. Jaime Pereira para responder.

«Parecia que alguém queria que o Banco fosse à falência», foi esta a sua frase. E eu pergunto: quem? Eu sei que é complicado, mas é importante que saibamos que houve entropias na negociação, que houve uma equipa jurídica que mudou! Gostava de saber quem é que a contratou, quem é que a escolheu e se foi essa equipa que criou as entropias ou, se não foi isso, quem é que queria que a venda não se concretizasse. Era importante para esta Comissão de Inquérito ter estas respostas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Sr. Deputado, sobre isso não tenho certezas e não posso afirmar nada com convicção. O que acho é que num

processo negocial em que há uma proposta que é aprovada, que é negociada durante semanas, em que há uma minuta de contrato...

O Sr. Dr. **Jaime Pereira**: — Minuta de contrato essa que é completamente alterada.

Sr. Presidente, se me permite, gostaria de precisar um ponto: a nossa proposta incluía, desde a partida, uma minuta de um contrato. E quando concluímos as negociações, a 31 de julho, partimos do pressuposto de que essa minuta de contrato, que tinha sido negociada, seria a base para efeitos da conclusão do negócio. Mas fomos surpreendidos com um documento completamente diferente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Lopes Soares.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Quem é que a alterou?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Quem a alterou foram as pessoas que estavam a vender o Banco, a equipa negocial.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Lopes Soares.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Quem era o rosto visível que fazia essas negociações convosco? Quem é que, do vosso ponto de vista, criava essa entropia? Peço desculpa de estar a insistir nesta questão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Eu não sei quem decidiu isso, não faço ideia! O que sei é que apareceu uma equipa negocial, um novo escritório de advogados, com uma proposta diferente. Eu já disse que quem estava a vender era a Caixa Geral de Depósitos.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sim, era a Caixa Geral de Depósitos quem estava a vender. E quem era o responsável...?

O Sr. Dr. **Jaime Pereira**: — Sr. Deputado, se me permite, em bom rigor era o Caixa - Banco de Investimentos. Em todas as reuniões da negociação havia elementos da administração do BPN, do Caixa - Banco de Investimentos, de consultores externos ao processo, que tinham sido contratados de escritórios de advogados e equipas da Secretaria de Estado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Lopes Soares.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Portanto, mudou-se a equipa de advogados, criou-se um conjunto de problemas para venda do Banco, que, entretanto, foram ultrapassados.

Algumas dessas pessoas, que estavam na fase inicial da negociação a causar essas entropias, entretanto, deixaram de estar para que o processo ficasse, ao fim e ao cabo, mais facilitado?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Sr. Deputado, acho que não houve uma questão de facilitar ou não. A questão é que nós, quando começamos a aperceber-nos...

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Quando digo facilitar é não criar entropias.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Sr. Deputado, quando nós nos começámos a aperceber que cada vez passavam mais meses e não havia conclusões do processo e que, afinal, vinham com um *dossier* totalmente diferente daquele que tinha sido aprovado em 31 de julho, começámos a ficar cansados e, por isso, pedimos uma reunião à Sr.^a Secretária de Estado, que nos disse que havia mais este problema, mais este e mais este... Então, nós dissemos: se é assim, se querem negociar uma coisa diferente do que assinámos em 31 de julho, nós vamos regressar a casa! E foi isso que fizemos, ponto final. Não houve mais nada.

Agora, quem fez confusão...? Não sei, não faço ideia de qual seria o objetivo. A mim, pessoalmente...

O Sr. Dr. **Jaime Pereira**: — A equipa tinha a mesma liderança.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Acho que não tinha sequer a ver com o líder da equipa, tinha a ver com... Não sei, não faço ideia! Não vale a pena estar a fazer insinuações, porque o que estava a ser feito, que era arranjar um novo processo, uma nova minuta, uma nova proposta, não era normal!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Lopes Soares.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Doutor, não vou insistir nem estava a insinuar nada.

Duas últimas perguntas: o BIC mantém o interesse no BPN Brasil?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — O BIC olha para todas as possibilidades. O BPN Brasil é um banco a que o BIC, como outras entidades, vai concorrer.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Lopes Soares.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Apetecia-me pegar nas suas palavras, que li na empresa, e dizer «se não der o BPN Brasil, há mais 15 nas mesmas condições». Portanto, julgo que o BIC olhará para o BPN Brasil como uma oportunidade de negócio — se resultar, resultou —, isto um bocadinho na linha, para que fique muito claro, do que fizeram também com o BPN, porque, de facto, podia haver outras oportunidades para o vosso negócio.

A última pergunta que queria fazer, e que, aliás, já foi explorada pelo Sr. Deputado Afonso Oliveira, até para terminar, se me permitem, com horizonte e com esperança, prende-se com o seguinte: o tal *élan* de que falava há pouco é importante e a economia portuguesa, o País precisa disso e, de facto, a vinda de mais um banco com capacidade de crédito, como já

aqui foi dito, pode trazer resultados e mais-valias para o País. Desse ponto de vista, perguntava-lhe, e sei que já explorou isso (mas gostava de terminar esta minha intervenção com algum alento), de que forma é que, quando o BIC estiver em pleno e puder estar com os seus balcões abertos e a conceder crédito às empresas portuguesas, sobretudo para exportação, como disse há pouco, considera ou não que a venda do BPN ao BIC, também por isso, pela forma como o BIC vai estar no mercado, é ou não um bom sinal para a economia portuguesa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Com certeza que vamos contribuir para que a economia portuguesa recupere mais rapidamente. De certeza absoluta que o vamos fazer, é a nossa forma de estar e o que esperamos é que isso venha a acontecer e que, daqui a dois ou três anos, estejamos a falar com uma economia em recuperação.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves para formular as perguntas em nome do Partido Socialista.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Dr. Fernando Teles, muito obrigado pelos esclarecimentos que nos tem dado até agora.

Procurarei focar fundamentalmente duas questões, e pegava na que o Sr. Deputado Hugo Lopes Soares agora colocou sobre as entropias na negociação e a forma como evoluiu o processo negocial, colocando uma primeira pergunta muito concreta quanto a essa evolução, essa passagem do espírito de 31 de julho, como o Sr. Doutor referiu, para a segunda minuta

que foi apresentada, ou seja, um segundo momento em que se confrontaram com algo que não constava da versão inicial.

Pergunto se essa segunda minuta, se esse segundo momento negocial deixava de corresponder aos termos em que se tinha feito o acerto negocial de julho. Ou seja, não obstante haver uma alteração de posição negocial por parte do Estado, pergunto se ela tinha deixado de corresponder ao que se enquadrava ainda na oferta que tinha sido apresentada para venda.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Sr. Deputado, comecei a trabalhar às 7 horas da manhã e ter de estar a responder às mesmas perguntas começa a cansar-me um bocadinho. Eu já respondi a isso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves.

O Sr. **Pedro Delgado Alves (PS)**: — Sr. Doutor, peço desculpa, mas aquilo que respondeu não foi ao que lhe acabei de perguntar.

O Sr. Doutor referiu ainda há pouco, a propósito das entropias que teriam sido criadas e colocadas no processo, se houve ou não uma alteração do que tinha sido acordado inicialmente a 31 de julho. Mas a pergunta que coloco agora é outra: é saber se aquilo que foi apresentado, aquando das mudanças do processo negocial, tinha deixado de corresponder aos fundamentos da abertura do concurso, porque, se assim fosse, havia, da parte do Estado, uma posição de má-fé negocial que já não corresponderia, sequer, à possibilidade de prosseguir as negociações, porque o que tinha

sido anunciado inicialmente teria deixado de corresponder ao que tinha sido apresentado.

Obviamente, não foi isso que ocorreu, na medida em que não abandonaram as negociações e também juridicamente não deixaram de ficar vinculados à proposta, tanto que ficaram a negociar e tanto que o processo acabou por ir a bom porto. Portanto, a minha pergunta é esta: em que se traduziam as alterações e a que elas correspondiam, da data de 31 de julho para o segundo momento negocial? Depois, iremos ao terceiro, ou seja, àquele em que as negociações retomaram o bom porto e se concluiu de forma favorável, e iremos, por fim, à intervenção da Comissão Europeia.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Sr. Deputado, volto a frisar que as condições de 31 de julho estavam a ser desvirtuadas e por isso é que nós abandonámos as negociações. Voltámos às negociações quando nos prometeram que as condições de 31 de julho voltariam à mesa das negociações.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves.

O Sr. **Pedro Delgado Alves (PS)**: — Quais eram as condições de 31 de julho que estavam em vias de serem desvirtuadas e quais foram as que contribuíram para que abandonassem o processo negocial?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Sr. Deputado, as condições de 31 de julho fazem parte de um memorando que assinámos, ao qual os Srs. Deputados, com certeza, tiveram acesso. Os Srs. Deputados conhecem o que foi assinado no final.

O resto que estamos aqui a debater pode ser muito importante para os Srs. Deputados, mas eu já estou um bocado cansado e já não me lembro.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Doutor, como deve imaginar, essa resposta não é satisfatória, porque o objeto desta Comissão consiste em apurar o que se passou no processo negocial que foi conduzido entre o Estado português e o BIC e as várias fases que atravessou. Todos nós também já estamos aqui desde há muito tempo e estamos a trabalhar precisamente para apurar o que sucedeu.

De facto, todos sabemos qual é o resultado final do acordo-quadro, todos sabemos as condições que foram fixadas inicialmente e que, aliás, estão publicadas em *Diário da República*, mas o que lhe pergunto é o que ocorreu, o intermédio que se tornou inaceitável, a certa altura, e que, depois, permitiu um regresso às negociações, que se tornaram aceitáveis, porque também não estou a presumir que a condição final assinada em dezembro tenha correspondido integralmente à mudança de posição por parte do Estado português.

Portanto, o que lhe estou a perguntar é o que é que ocorreu no intermédio que, por um lado, o afastou das negociações (ou arriscou afastá-lo das negociações) e, por outro lado, o que é que depois mudou para que tenha regressado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Sr. Deputado, de uma forma sucinta, vou ler-lhe o ponto 5 de um comunicado que esteve preparado e que acabou por não sair, que diz o seguinte: «Nessa reunião realizada em 21 de novembro, a Sr.^a Secretária de Estado informou-nos que o Governo não podia cumprir alguns pontos, designadamente devido às regras da concorrência comunitária, os quais haviam sido aceites em 31 de julho, nomeadamente no que respeita aos níveis de recapitalização do BPN, a linhas de crédito de apoio à liquidez desse Banco e ao regime contratual dos trabalhadores do BPN que ingressariam no Banco BIC, aspetos esses cuja observância foi desde o primeiro momento considerada fundamental para a concretização do acordo de compra.»

Foi, nem mais nem menos do que isto, o que aconteceu. Mas já disse isto duas ou três vezes, durante esta tarde.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Muito obrigado, Sr. Doutor. Queria passar à questão seguinte, que tem a ver com a introdução das observações da Comissão Europeia.

Na intervenção anterior, do Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, foi colocada a questão como tendo ocorrido um momento de entropia nas negociações, tendo sido até referida — o Sr. Deputado disse que não insinuou, mas, pelo menos, questionou — a possibilidade de se ter detetado uma vontade de não celebrar o negócio, de não levar o negócio até ao final,

daí ser irrelevante... Enfim, a pergunta que tinha colocado era precisamente essa, a de que o Estado português não se afastou das condições fixadas inicialmente, o rumo das negociações é que pode ter sido alterado.

Nesse quadro, a ideia das entropias às negociações pode, efetivamente, ser vista de uma outra perspectiva, e é essa perspectiva que nos preocupa e que procuramos apurar nesta Comissão de Inquérito: a de saber se os interesses do Estado português foram acautelados da forma mais estável pelas partes que negociaram e se o facto de o processo ter sido duro e ter durado mais tempo se deveu ao facto de o Estado português ter acautelado até ao máximo a sua posição negocial inicial.

Da nossa perspectiva — e aqui chego à questão que queria colocar a propósito da intervenção da Comissão Europeia —, acaba por ser a intervenção da Comissão Europeia mais tarde, após a primeira análise que faz do negócio, a introduzir uma série de elementos adicionais que vêm balançar no sentido mais favorável ao Estado português aquilo que já estava a ser negociado e que, em parte, tal como o Sr. Doutor referiu, tinha a ver com a concorrência, mas não só. Tinha a ver, fundamentalmente, com os rácios de solvabilidade e com o facto de não se poder «produzir» um banco em situação mais favorável do que os restantes concorrentes.

Portanto, esse resultado não seria alcançado por outra via que não a intervenção da Comissão Europeia.

Logo, em termos de calendário (se quiser, enfim, arrumar os vários momentos), a questão que queria apurar inicialmente era se apenas da parte do Estado português e da equipa negocial de advogados que assessoravam a Caixa Geral de Depósitos surgiram estes elementos novos, como parece ter sido o que nos relatou da sua intervenção, ou se, de facto, esse fator, associado à intervenção da Comissão Europeia mais tarde, contribuiu para

que o desfecho fosse diferente.

Até agora, pelo que entendemos, há dois momentos distintos: há uma intervenção que pode ser vista e classificada como uma entropia; e, depois, temos a intervenção da Comissão Europeia. Perguntava-lhe se foi assim ou se, de facto, os dois elementos vão até no mesmo sentido. Isto é, se as preocupações que eram expressas por parte da equipa negocial já traduziam essas preocupações da Comissão Europeia ou se estamos a falar de dois lotes de questões distintas que influíram no processo negocial.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. Fernando Teles: — Volto a frisar que em 31 de julho, depois de algumas semanas de negociação, assinámos o memorando. Foi-nos pedido que os advogados fizessem uma proposta de contrato final e o que esperávamos era que, a seguir, com base nessa negociação...

Relembro que a Comissão Europeia impôs ao Governo português que teria de negociar até 31 de julho, e nós negociámos até essa data e chegámos a um acordo. Porém, dois meses depois, à mesa das negociações, quase no final de setembro, não se pode tentar fazer um contrato totalmente diferente, com pressupostos diferentes, que desvirtuava totalmente o contrato que tinha sido negociado em final de julho!

Mesmo assim — não estava cá, estava em Luanda —, os meus colegas que estavam nas negociações foram temporizando, foram respirando fundo. Logicamente, quando vim às negociações e pedi para falar com a Sr.^a Secretária de Estado, na minha cabeça já estava mandatado pelos acionistas para desistir. E foi isso que fiz: desisti do negócio.

Só voltei à mesa das negociações porque penso que o Governo português achou que era bom para o País não deixar ir o Banco à falência.

Foi por isso que voltei às negociações, senão não tinha voltado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Dr. Fernando Teles, insisto: a intervenção da Comissão Europeia surgiu em outubro, e em outubro tivemos uma nova alteração das circunstâncias e tivemos, novamente, que recalibrar aquilo que estava a ser acordado.

O Sr. Doutor regressou à mesa das negociações na altura em que elas estiveram prestes a romper-se e, posteriormente, em outubro, houve uma nova introdução de alterações e de condições decorrentes das condições fixadas pela Comissão Europeia. Portanto, houve um segundo momento, em que teve de ser reequacionada a posição do BIC no negócio e em que manteve o interesse no mesmo, apesar de, pressuponho, de setembro para outubro, as condições se terem degradado da perspetiva do BIC, uma vez que a Comissão Europeia introduziu um conjunto de novas observações e de novas exigências para que o contrato pudesse ser celebrado.

Logo, pergunto-lhe o que é que em outubro pesou de forma a não se colocar novamente uma necessidade de abandono das negociações, até porque sabemos o que dizia o parecer da Comissão Europeia, e não eram observações de pormenor! Muitas delas até tinham muito a ver com a possibilidade de, depois, fazer o acompanhamento da evolução do Banco e assegurar que, num momento de pós-privatização, ele não viesse a ficar em situação de vantagem competitiva em relação aos seus concorrentes.

O que lhe pergunto agora, muito concretamente, é relativamente a outubro, porque quanto a setembro já nos entendemos, sabemos que houve um esforço para regressar à mesa das negociações. Ora, o que lhe pergunto

é por que é que em outubro o mesmo não aconteceu.

O Sr. Doutor referiu o mês de setembro como sendo fundamental para a intervenção de regresso ao contexto negocial — foi o Sr. Dr. Fernando Teles que acabou de referir a data de setembro. Portanto, se é uma questão de datas, esclareça-se. Porque é que nesse momento, quando há uma intervenção da Comissão Europeia que vem analisar a primeira proposta e sugerir uma série de alterações que depois tem reflexo na alteração que tem lugar no acordo-quadro, isso não ocorre? Ou, de facto, estou equivocado quanto às datas e é uma questão de simultaneidade?

Essa era, aliás, a minha pergunta inicial. A minha pergunta inicial era se as observações formuladas pela equipa negocial correspondiam, ou não, às que foram formuladas pela Comissão Europeia ou se são dois conjuntos diferentes de observações, dois momentos diferentes. Se se trata do mesmo momento, mais clara fica a questão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Jaime Pereira.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira**: — Sr. Deputado, permita-me esclarecê-lo relativamente às datas, para que não haja equívocos relativamente a esta matéria.

No dia 31 de julho, concluímos as negociações sobre os princípios relativos à aquisição do Banco. Na proposta que fizemos, que constitui anexo e que foi entregue em 20 de julho, já constava uma minuta do contrato-promessa de compra e venda.

O que ficou acordado à data e o que esperávamos — e devido a isso muitos de nós não tivemos férias durante o mês de agosto e trabalhamos permanentemente neste processo — era que esta minuta tivesse sido adequada às negociações que tinham sido feitas.

Infelizmente, os *timings* não foram cumpridos e só recebemos uma minuta de um contrato de compra e venda, que era completamente diferente daquela que tínhamos incluído como anexo à nossa proposta, durante o mês de setembro de 2011. Foi isso que expliquei há pouco, relativamente às datas. Portanto, aqui não há intervenção da União Europeia, aqui não há intervenção nenhuma.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Então, está a ir ao encontro da minha dúvida, porque se este problema se coloca em setembro, perante a versão definitiva da minuta... Enfim, não era a versão definitiva, uma vez que as negociações tiveram de ser retomadas. Houve, depois, uma versão definitiva, essa sim, que viria a ser assinada.

Se setembro é o momento em que se dá esta quase rutura de negociações, a minha pergunta ...

O Sr. Dr. **Jaime Pereira**: — Não!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Então, o Sr. Doutor, mais uma vez não foi claro, porque acabou de referir que quando foi confrontado com uma minuta diferente daquela que estava acordada a 31 de julho, houve um momento de risco no que respeita ao prosseguimento das negociações.

Portanto, se não foi esse o momento em que teve lugar essa quase rutura de negociações, acho que é fundamental que esclareça quando é que isso aconteceu, para depois podermos, em função disso, continuar com a pergunta relativa à intervenção da Comissão Europeia, pois é essa a dúvida

que se coloca a seguir.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Sr. Deputado, não sei se estava aqui quando expliquei isso ao Sr. Deputado Honório Novo.

O que disse, e li de um comunicado, foi que em 21 de novembro houve a reunião com a Sr.^a Secretária de Estado, e em 21 de novembro - já estávamos negociar desde setembro, e passaram-se setembro, outubro e novembro — é que houve rutura nas negociações. Até aí, estivemos a negociar com base na nova minuta apresentada pelos novos advogados que apareceram à mesa das negociações.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado Pedro Delgado Alves.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Então, assim há condições para responder à minha pergunta inicial. Pretendia saber se as condições e as exigências que foram formuladas pela equipa negocial da altura correspondiam ou não integralmente às exigências que a Comissão Europeia formulou, quando analisou o estado em que as negociações se encontravam em outubro, quando fez a primeira análise do processo de reprivatização e quando produziu o seu documento de outubro sobre esta matéria.

A minha pergunta é muito simples: as exigências da equipa negocial correspondiam às exigências e às observações da Comissão Europeia, ou não? São as mesmas ou são outras?

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Sr. Deputado, dissemos-lhe que em setembro a equipa negocial voltou à mesa com uma nova proposta, com

uma nova minuta. Essa nova minuta ainda não tinha sido objeto do parecer da Comissão Europeia. O parecer da Comissão Europeia só apareceu em finais de outubro, inícios de novembro, para além de tudo aquilo que tentámos negociar com base na nova minuta que apareceu em setembro.

Ora, em novembro, já nos pareceu demais que, para além de todas as alterações que estávamos a tentar negociar, aparecessem novas regras. É verdade que essas regras que foram colocadas pela Sr.^a Secretária de Estado — algumas delas têm que ver com a Direção-Geral da Concorrência — acabaram por ser aceites por nós na fase final.

Mas não foi esse o problema: para além das questões das linhas de crédito, os trabalhadores não queriam aceitar o acordo de empresa do BIC, e nós não prescindíamos que os trabalhadores que integrassem o BIC assinassem o acordo de empresa. E foi isso que acabou por acontecer com o acordo dos sindicatos, no dia 9 de dezembro, quando assinámos o acordo final.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Tentando sintetizar (não é necessário responder, porque penso retirar o espírito da resposta da informação que acabou de dar), a retoma das negociações e as dificuldades sentidas a partir de setembro não correspondiam integralmente às questões que foram colocadas pela Comissão Europeia.

O Sr. Doutor referiu, como sendo um dos aspetos, problemas relativos à recapitalização. Portanto, penso que não é abusivo referir que havia dois conjuntos de preocupações diferentes, sendo certo que, quando em novembro a Sr.^a Secretária de Estado coloca novas regras, isso já surge

numa fase em que as negociações estavam de tal forma avançadas que não comprometeu, pelas alterações introduzidas, essa opção de negócio.

Agora, coloco-lhe uma outra questão já relativa à execução do contrato. Que orientações têm sido seguidas pelo BIC Portugal no processo de seleção de créditos, quer no que diz respeito à seleção de créditos a ter lugar até março, portanto, até ao momento da celebração do contrato definitivo, quer no que diz respeito à seleção de créditos que está a ter lugar desde essa fase? Que critérios têm sido utilizados nesse processo de seleção? Não sei se será a pessoa mais indicada para dar esses elementos, mas gostaria de saber se há alguma orientação quanto a esse processo e à fixação dos termos em que essa seleção terá lugar até 12 de dezembro deste ano.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Sr. Deputado, estamos a gerir o banco e temos que fazê-lo de acordo com a nossa forma de gestão. Não lhe vou dizer como é que decidimos seleccionar o crédito. Contudo, com certeza absoluta, não fomos escolher o que lá estava parado há mais tempo, ou aquele em que os clientes já estavam falidos ou tinham passado a insolventes. Isso de certeza absoluta que não fizemos.

Não lhe vou dizer em pormenor, pois é uma questão de gestão. Além disso, estão aqui jornalistas. Acho que o Sr. Deputado nem deveria fazer essa pergunta na presença dos jornalistas.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Agradeço a sua atenção sobre as perguntas que coloco, mas penso que são importantes no contexto desta Comissão de Inquérito, tendo em conta que um dos aspetos fundamentais é

saber se o negócio é ou não equilibrado para o banco. Além do mais, esta Comissão também dispõe de mecanismos para procedermos à audição à porta fechada se houver matéria relativa o segredo comercial que deva ser preservada.

Um dos aspetos que temos que observar nesta Comissão de Inquérito é saber se o negócio é ou não equilibrado para o Estado, e um dos aspetos fundamentais que permite ajuizar desse equilíbrio é saber quais são os créditos que ficam no BPN/BIC e quais são os créditos que ficam nas sociedades participadas. Ainda há pouco ouvimos a comissão de trabalhadores, que confirmou que existem muitos e bons créditos que permanecem na Parvalorem — e o Sr. Doutor acabou de dizer «bom, não vou escolher os piores créditos».

A questão não é que haja aqui uma contradição. Apenas lhe coloquei uma questão sobre critérios gerais e abstratos de seleção, de modo a que permita que haja coerência na leitura das escolhas que são feitas e que remetem para a Parvalorem alguns dos créditos e permitem que conserve outros.

É certo que o que aqui nos foi dito foi sem conhecimento oficial. A comissão de trabalhadores, por exemplo, falou de forma oficiosa, porque os dados não são conhecidos. Mas coloco-lhe esta questão para que os dois polos da análise do problema, da perspectiva da Parvalorem e da perspectiva do BIC, façam sentido. Não estou a pedir-lhe que divulgue qualquer segredo comercial, não estou a pedir-lhe qualquer elemento que não seja absolutamente do plano da generalidade e da abstração, mas são dados fundamentais para esta Comissão, pois permitem apurar sobre se o resultado é equilibrado ou não.

Podemos tentar fazer o exercício dos «pratos da balança», que é no fundo o exercício que esta Comissão tem vindo a fazer: saber se ao

pagamento dos 40 milhões e às contrapartidas... O facto de todo o contencioso ficar na esfera do Estado, o facto de a seleção de créditos ter lugar até 30 de março e poder prosseguir até ao final deste ano praticamente, o facto de termos as linhas de crédito que asseguram a continuação do Banco, e por aí a fora. São estes os fatores que esta Comissão procura apurar e é para isso que pedimos o seu contributo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — O que estava previsto era que seleccionávamos o crédito, e foi o que fizemos. Fico feliz que a comissão de trabalhadores diga que na Parvalorem está muito bom crédito, porque isso é ótimo, pois quer dizer que o Estado vai recuperar muito do dinheiro que lá meteu.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, chamo a atenção para o facto de já ter ultrapassado os 10 minutos, largamente.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Delgado Alves**: — Sr. Dr. Fernando Teles, considerando o contraste das duas afirmações, ou todos os créditos que estão no BPN são fantásticos, portanto, aparentemente, não haveria imparidades e estaríamos todos a laborar sobre um equívoco em que não haveria dificuldade alguma, ou, efetivamente, há um processo, uma fase de escolha de créditos que tem impacto no equilíbrio das duas partes no negócio.

Queria colocar uma questão final relativa ao acréscimo de preço que poderá vir a ser pago futuramente.

Um dos aspetos que o contrato refere é a definição de regras para fazer o acerto contabilístico no caso de haver reorganização societária e se verificar fusão das duas entidades, portanto do BIC Portugal com o BPN e, eventualmente, com uma terceira entidade. Coloco-lhe esta questão a propósito de uma notícia que foi veiculada na comunicação social. Enfim, não sei se se confirma ou não que haveria uma intenção por parte do BIC de Portugal não de integrar o BPN mas de proceder à operação pela via inversa. Ou seja, ser o BPN Portugal a proceder à integração do BIC, tendo em conta que isso poderia ter efeitos fiscais vantajosos para a entidade que daí resultaria.

Em primeiro lugar, pergunto-lhe se confirma ou não a veracidade desta opção. É um facto noticiado, mas que não está confirmado, daí a minha pergunta.

Em segundo lugar, gostaria de saber se isto não prejudica o exercício posterior de fazer o apuramento, de verificar se o resultado é positivo acima do expeável, para efeitos do acréscimo do preço ser pago, ou não.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Jaime Pereira.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira**: — Sr. Deputado, em primeiro lugar, tenho a dizer-lhe que há um ou outro equívoco que preciso de esclarecer.

O primeiro é que, no acordo final que celebrámos, não há possibilidade de haver uma terceira entidade, porque aceitámos uma proibição de aquisição de toda e qualquer participação societária que custasse um valor superior a dois milhões de euros ou que tivesse uma dívida de igual montante. Portanto, pelo acordo que celebrou, o Banco BIC Português, ou a sociedade que resultar de uma eventual fusão com o BPN, está impedido, durante um período de cinco anos, de proceder a qualquer

aquisição que ultrapasse um valor de 2 milhões de euros ou que essa entidade tenha uma dívida superior a esse montante. Consequentemente, não pode haver uma reorganização societária com uma terceira entidade.

Depois, o valor do acréscimo de preço é apurado até precisamente essa data. Portanto, também por essa razão não teria o mínimo impacto qualquer outra aquisição, que, desde logo, estava proibida mas que também não teria impacto para ser realizada.

O acréscimo de preço relativamente à fusão só faz aumentar a probabilidade que aconteça, porque, como deve imaginar, quando temos dois bancos, temos várias estruturas que são duplicadas e a capacidade de poder gerar sinergias é muito maior, a possibilidade de tornar mais rentável toda a operação é muito maior, pelo que a fusão das duas unidades, Banco BIC Português e BPN, na nossa opinião e acho que é razoavelmente entendido, faz aumentar a probabilidade de que o acréscimo de preço venha a ser uma realidade.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Em primeiro lugar, quanto à primeira questão de qual o modelo dessa reorganização e se confirma aquilo que foi noticiado, é certo que o processo de reorganização está calendarizado em articulação com os dois elementos, isto é, com a data limite para o acréscimo de preço, tendo em conta as operações posteriores. Mas, concretamente, o ponto de partida da pergunta é se neste momento está previsto, se o caminho é esse, fazer a aquisição pela via inversa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Jaime Pereira.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira**: — A aquisição está feita, portanto, não há qualquer aquisição.

O que está entregue na Conservatória do Registo Comercial, e foi submetido o competente projeto de fusão à verificação do Banco de Portugal, foi a designada fusão invertida, em que o BPN integra o Banco BIC. Portanto, o BPN é a sociedade integrante e o Banco BIC é a sociedade integrada.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, cumprimento o Sr. Dr. Fernando Teles e o Sr. Dr. Jaime Pereira. Não vou ocupar muito tempo porque penso que a esmagadora maioria das questões já está respondida e não há qualquer utilidade na sua repetição.

A primeira pergunta que queria colocar é seguinte: o BIC acabou por concretizar o negócio de aquisição do BPN em 2011/2012, o processo negocial e a conclusão do negócio. Esteve interessado – e, inclusivamente, gastou dinheiro para isso –, num processo de aquisição em 2010 e o que pergunto é se tivesse havido um processo de venda anterior, o BIC considera que poderia ter estado em adquirir o Banco anteriormente? Aliás, não podia ser muito anteriormente devido à data do seu início de atividade em Portugal, mas a partir do momento em que iniciaram atividade em Portugal, este tipo de negócio poderia ter interesse, anteriormente a 2010?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Como sabe, o BIC foi constituído em 2008 e só começámos a pensar em crescer, em Portugal, quando começámos a perceber que tínhamos gestão e condições para o fazer. Por isso, se aparecesse em 2009, ou em 2008, com certeza que não tínhamos concorrido, não porque não tivéssemos capital, que até poderíamos ter, porque somos um banco cujos acionistas são pessoas por de mais conhecidas e também o banco em si tem algum capital, tem quase 800 milhões em capital, mas a verdade é que nessa altura não tínhamos experiência suficiente em Portugal para o fazer.

Não vou esconder que, ao longo dos anos, vários bancos que estavam para ser privados ou que houve hipótese de serem privados, nos contactaram no sentido de negociarmos com eles. Só não o fizemos porque achámos que ainda não estávamos preparados.

Também lhe digo que se não tivéssemos ido à privatização do BPN, se isso não se tivesse concretizado, de certeza absoluta que hoje estaríamos com outro parceiro.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Pinho de Almeida, tem a palavra.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E relativamente ao preço? Foi dito aqui que as condições do negócio em 2010 eram substancialmente diferentes, havia um caderno encargos que tinha um quadro negocial e um preço pré-definido e, perante esse caderno de encargos, o BIC e todas as instituições acabaram por não fazer uma proposta. Se as condições em 2010, em termos de negócio, de caderno encargos, fossem relativamente semelhantes àquelas que acabaram por ser

em 2011, entende que o preço a pagar poderia ter sido um preço superior àquele que acabou por ser em 2011?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Em 2010 havia menos um ano de degradação da situação económico-financeira do Banco e do País. Temos de ter consciência disso, temos de ter consciência de que, na verdade, a conjuntura também não ajuda nada quem está a investir.

É possível que, em 2010, se o preço, em vez de ser 180 milhões, fosse, se calhar, 80, 90 ou 100 milhões tivéssemos ido ao concurso. Estou convencido disso. Estou a dizer isto com base naquilo que é a minha perceção relativamente àquilo que aconteceu em 2010, porque acho que o Banco, em 2010, valia muito mais do que valeu em 2011; cada mês que passava, o Banco valia menos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Pinho de Almeida, tem a palavra.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E isso podia até nem ser bom para o BIC. Mas acha que, mesmo em termos de concorrência, se calhar, se em 2010 as condições fossem estas, não só o BIC poderia ter ido para um valor mais alto do que foi em 2011 como também outros concorrentes se poderiam ter interessado em adquirir o Banco, concorrentes que, eventualmente, já não se interessaram em 2011?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Como é normal! Aquilo que acho é que se o Banco tivesse sido vendido em 2008, 2009 ou 2010 o valor teria sido sempre superior, com base na antiguidade. A verdade é que a situação, a conjuntura económica teve muita influência na degradação do preço do Banco, porque a conjuntura económica gerou mais crédito mal parado – isto na banca toda, não só no BPN – e isso degrada os balanços e faz com que, estando os balanços mais degradados, também os bancos valham menos. Veja-se a recapitalização do BCP, do BPI e do outro banco que ainda não está recapitalizado, como vocês sabem, mas que está a tentar a recapitalização através do saneamento.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Pinho de Almeida, tem a palavra.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isto é muito importante para o esclarecimento desta Comissão e ficamos com essa ideia clara relativamente ao preço.

Mas eu tinha perguntado também relativamente aos interessados. Da experiência que o Sr. Doutor tem em termos de gestão de banca, acha que se o negócio tivesse sido feito mais cedo não só poderia ter permitido um valor de encaixe mais alto para o Estado com essa venda como também poderia ter garantido também o interesse de mais instituições nessa aquisição?

Isto tem a ver com uma questão que é muitas vezes abordada aqui e que vou enquadrar para o Sr. Doutor perceber por que perguntamos isto. Muitas vezes é questionado aqui, nesta Comissão, se terá sido um fator negativo para o negócio o facto de a negociação final se ter feito apenas com um interessado. Por isso é que pergunto se – mesmo com prejuízo para

o BIC, porque, eventualmente, o BIC ia ter concorrência – haveria mais condições em 2010, ou até em 2009, como disse, para haver vários interessados na aquisição do Banco, para uma proposta final, do que acabou por haver em 2011?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Relativamente a isso, não tenho dúvida nenhuma. Ou seja, a situação do Banco, como a de muitas empresas, como se sabe, degradou-se nos últimos anos.

O caso de um banco como o BPN, que, continuo a frisar, todos os dias estava na comunicação social por maus motivos, não por bons motivos, faz com que os depositantes tenham dúvidas e os gerentes tenham vergonha de ir para a rua angariar clientes, e por aí fora. Toda a gente sabe isso, essa é a verdade e foi isso que fez com que os 40 milhões,... que não eram 40 mas só 30, que foi o que propusemos, e propusemos 30 porque tínhamos muita vontade de ter uma rede comercial em Portugal, porque, se calhar, devíamos ter proposto o valor zero, e já era caro.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Pinho de Almeida, tem a palavra.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ia exatamente a essa questão agora.

Para além do preço, há a questão do comprador. Muitas vezes é aqui posto em causa o facto de haver só um possível comprador, um interessado. Já vamos à questão de saber se outros eram verdadeiros compradores, se

tinham condições para adquirir um banco ou não – já aqui falou disso e já lá voltaremos.

O facto de ser o BIC o interessado não tem a ver com qualquer determinação, como é evidente, nem ninguém sequer tentou insinuar que fosse o Estado a eleger um comprador para o Banco ou que fosse o Estado que quisesse muito que fosse o BIC a comprar o Banco por alguma razão obscura, mas, de facto, o BIC tinha uma posição no mercado bancário em Portugal que mais nenhum banco tinha naquele momento, ou seja, era um banco que se tinha instalado, que tinha uma perspectiva de crescimento e que precisava de uma rede de agências – naturalmente, por fatores financeiros, com certeza, é mais fácil comprar uma rede de agências do que andar a adquirir agência a agência.

Porém, também o facto de haver já uma integração sistemática que o BPN dava ao BIC, isso também tornava o negócio diferente para o BIC do que seria para qualquer outro banco. Ou seja, aquilo que fazia com que o BIC se interessasse pela compra do BPN seria sempre diferente daquilo que poderia fazer alguma outra instituição bancária interessar-se pelo BPN? No caso, até fez com que nenhuma outra se interessasse.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Começando pelo concurso de 2010, houve mais do que um banco a levantar o caderno de encargos, e a verdade é que o concurso ficou deserto.

Em 2011, também um outro banco levantou o caderno de encargos. Já não custou os 100 000 dólares, custou... foi barato, não custou nada, custou só uma carta... mas a verdade o banco que se propôs comprar só comprava 20 ou 30 balcões e não comprava mais nada.

Na verdade, lamentamos termos sido os únicos interessados, com credibilidade, na compra do Banco. Se calhar, se houvesse muitos, eu estaria aqui todo satisfeito porque teria havido muitos concorrentes... Mas, infelizmente, esta é a situação do País, é a situação do Banco. Não sei que mais possa dizer...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Pinho de Almeida, tem a palavra.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Doutor, há muita gente que ficou muito insatisfeita, porque, de facto, a olho nu, digamos assim, o valor pelo qual o Banco foi vendido dá direito a que se questione. Aliás, é por isso que existe esta Comissão de Inquérito, e ainda bem, para esclarecer os termos do negócio, pois é importante que não fique essa ideia na sociedade ou que se, de facto, for verdade que a venda do Banco tenha sido por um valor muito abaixo daquilo que o Banco valeria ou com alguma espécie de favor, que isso seja apurado nesta Comissão.

Mas, Sr. Doutor, para que o valor de venda do Banco tivesse sido outro, mais alto, quem é que poderia ter contribuído mais para isso? Era o BIC, como comprador, que poderia ter dado muito mais pelo Banco, ou era o Estado e a gestão do Banco depois da nacionalização, que poderia ter, em primeiro lugar, vendido mais cedo e, em segundo, evitado a degradação do Banco e a perda de valor do mesmo?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Relativamente a isso, creio que já respondi.

Acho que o Banco ter sido vendido tarde levou à perda de valor, mas também percebo que, com a conjuntura económica que existiu a partir de 2008, os governos sucessivos, nomeadamente o anterior, tenham tido alguma dificuldade em pôr o Banco à venda – por que preço e em que condições?

Percebo isso também. Se calhar, se fosse eu o ministro das Finanças tinha o mesmo problema que teve o Dr. Teixeira dos Santos. Vou pôr o banco à venda numa situação em que dificilmente aparecerão compradores? Com certeza que ele também sondou os outros bancos e os outros bancos também não estariam interessados.

Este Governo tentou resolver o problema da melhor maneira, com o menor mal. A situação era difícil para o País, era uma situação difícil para o Estado, mas foi melhor essa alternativa do que deixar o Banco ir à falência.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Pinho de Almeida, tem a palavra.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Estou de acordo, mas não era isso que eu estava a dizer.

Como o Sr. Doutor disse, em 2010 houve mais interessados numa fase adiantada do processo, e o Sr. Doutor até admitiu que, não acompanhando o valor que constava do caderno de encargos, poderia ter estado interessado, e até falou aqui em valores de cerca de o dobro daquilo que o BIC acabou por dar, adquirindo o Banco em 2011.

O que pergunto, pondo mais uma vez as coisas em alternativa, para que o valor de venda não fosse este, é o que é que poderia ter acontecido, o que é que era mais fácil: era o BIC dar muito mais dinheiro pelo Banco que

estava a adquirir ou era a venda ter sido feita noutra altura e noutras condições, e o Estado ter garantido as condições para ter um maior encaixe por essa mesma venda?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Sr. Deputado, o senhor com certeza que sabe melhor do que eu qual é a situação líquida do BPI e do BCP e com certeza que sabe também qual é a cotação que qualquer desses bancos tem, em termos de valor, hoje. Quer dizer, um banco que tem 2 biliões em situação líquida vale 40 ou 50 milhões. Se for fazer essa análise, vai chegar à conclusão de que pagámos mais do que pagaríamos se tivéssemos ido adquirir o BCP ou o BPI.

Esta é a realidade, é isto que os senhores têm de compreender. A situação do País faz com que bancos que têm uma situação líquida com capitais próprios robustos, bancos com capitais próprios de 500 milhões, estejam a valer 40 milhões na Bolsa. Valem menos de 10% do seu valor.

Se formos ver, para os 300 e tal milhões de capitais próprios, pagámos 40 milhões, pagámos mais de 10%. Se formos comparar com o BCP ou com o BPI, pagámos mais caro do que pagaríamos se fôssemos comprar, em termos de... E teríamos menos risco, bancos maiores e mais robustos.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira**: — Sr. Presidente, se me permite...

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Dr. Jaime Pereira.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira**: — Acho que era interessante, para que esta questão do preço fique um bocadinho desmistificada, analisar os rácios de *price to book value* de todas as instituições financeiras em Portugal no último ano, porque com isso, o rácio que nós pagámos, que foi um bocadinho acima de 11%, ajustado ao risco, se calhar, teria sido mais fácil para nós adquirir uma posição societária noutra instituição que, seguramente, não tinha os problemas e a publicidade que o BPN tem todos os dias.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — A minha dúvida não era sobre isso, mas percebo a sua explicação sobre o preço. É uma explicação racional, que faz sentido.

A questão tinha a ver mesmo com o estabelecimento do preço, que é o momento e o valor de encontro da oferta e da procura. Ou seja, contrapondo a oferta e a procura, quem poderia ter contribuído para um preço mais alto? Se era, de facto, a procura que tinha algumas condições... E já me demonstraram aqui, até por comparação, por que é que a procura não poderia ter valorizado mais o negócio e subido mais o valor da aquisição — fê-lo explicando perfeitamente como é que foi construído esse valor, e até por comparação com outras realidades do mercado. O que pergunto é se, do ponto de vista da oferta — já ficou claro, o Sr. Doutor já o disse —, o negócio tivesse sido feito anteriormente e noutros termos e se a gestão tivesse sido feita noutros termos, de facto, podia ter-se contribuído para uma valorização superior do Banco, e aí, obviamente, o encontro entre

a oferta e a procura situar-se-ia num valor mais alto do que aquele em que acabou por se situar na concretização deste negócio.

Concluindo — uma vez que o Sr. Doutor já aqui fez apelo à sua experiência de gestão bancária, que é uma experiência vasta não só de tempo decorrido como de diferentes instituições —, e como já decorreu algum tempo desde a aquisição, perguntava o seguinte: do ponto de vista da operacionalidade, do ponto de vista da motivação dos trabalhadores e do ponto de vista do funcionamento interno, o estado em que estava o BPN era o estado normal de funcionamento, de motivação, de operacionalidade de um banco comercial?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Posso dizer que o BPN, em termos organizativos, até me parece um Banco com boa organização, com bom rácio de gestão, no qual foi feito um grande investimento na área informática. Até me parece que é um Banco bem organizado.

No entanto, o BPN teve problemas de gestão — toda a gente sabe que teve problemas de gestão — e quem adquirir o Banco (ou quem adquiriu o Banco, que fomos nós) vai ter muito trabalho para pôr o Banco com uma situação de motivação dos trabalhadores, dos quadros... Há muito trabalho que vai ser feito, há muitos quadros do BPN a tomar Lorenin todos os dias, e isso preocupa-nos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Falta-nos aqui agora o Dr. João Semedo! Eu não tenho competência para aferir essa parte, o Sr. Dr. João Semedo é que teria!

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Quando eu disse Lorenin, referia-me aos comprimidos para dormir, para descansar. Infelizmente, há muitos funcionários do BPN...

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Obviamente, não vou muito ao fundo nesta questão de como encontraram o Banco, porque também ninguém acredita que conseguissem mudar o Banco de um dia para o outro, e isso prejudicaria a atual imagem do Banco.

Faço-lhe agora uma pergunta de gestão bancária sobre uma questão que nos apareceu ao longo do funcionamento desta Comissão, durante muito tempo. Daqui a um ou dois anos, para o Sr. Doutor avaliar o estado do BPN, do BIC Portugal — dois anos passados sobre a aquisição do mesmo —, é mais importante o valor de depósitos e a evolução do valor de depósitos ou o número de clientes e a evolução desse número de clientes do Banco?

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Acho que o importante é a fidelização dos clientes, a retoma por parte de muitos clientes que já trabalharam com o BPN e que hoje não trabalham e, logicamente, também temos a expectativa de que os depósitos cresçam com algum significado. É lógico que, para se conceder crédito, tem de se ter *funding* e, para se ter condições

para crescer, uma coisa implica a outra. É isso que vamos tentar fazer com a ajuda do BIC Português — como lhe disse, o BIC Português hoje tem alguma capacidade em termos de liquidez — e com a ajuda do próprio BIC Angola, que é um banco de referência. Por isso, acho que vamos conseguir dar a volta ao banco e vamos conseguir que, daqui a dois ou três anos, seja um banco com mais depósitos, com mais crédito, com mais trabalhadores e com mais agências. É o normal, é o que sabemos fazer.

E eu friso: já passei por cinco bancos e já trabalhei em dois bancos líderes, portanto sei o que é isso, acho que é importante, mas temos de motivar as equipas. Nós estamos a procurar fazê-lo, mas estamos a partir do zero. Era muito mais fácil...

Vou dar mais um exemplo: o BPI, no ano passado, 10% foram comprados ao BCP por 188 milhões de euros e os mesmos 10% foram comprados, este ano, por 44 milhões. Vejam como é que se degradaram os mesmos 10%: de 188 milhões de euros para 44 milhões. Mas, mesmo assim, em termos de situação, é mais fácil pegar numa equipa que esteja motivada, interessada e que não tenha passado pelos problemas por que passaram as pessoas do BPN do que pegar na equipa do BPN, em que as pessoas não sabiam qual era o futuro e, como disse, estiveram quatro anos a ouvir dizer que eram bandidos, que eram isto, que eram aquilo. Não eram nada, mas coitados!... O Banco fez algumas coisas que não devia ter feito, mas disso os trabalhadores não têm culpa — pelo menos a maior parte dos trabalhadores não tem culpa. Julgo que aqueles que estão no Banco não têm culpa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Estamos a desencontrar-nos um pouco, mas por razões evidentes. A mim interessa mais avaliar o passado e ao Sr. Doutor interessa mais projetar o futuro, mas isso é perfeitamente normal, dadas as posições em que estamos neste momento.

Então, falando do futuro, perguntava-lhe o seguinte: se, daqui a dois anos, o Sr. Doutor estivesse a apresentar os resultados do banco e tivesse esta situação: tinha mais clientes do que aqueles que tem neste momento, mas tinha um sétimo do volume de depósitos do que tem agora, teria algumas condições para apresentar resultados positivos ou, sequer, para manter o banco aberto?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Com certeza que não. Uma coisa está um bocado ligada à outra, ou seja, nós temos de manter os clientes, mas temos de manter a carteira de depósitos e a carteira de crédito porque, senão, não sobrevivemos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida. Recordo-lhe que já esgotou os 10 minutos de intervenção.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Vou já terminar, Sr. Presidente. Apenas vou fazer perguntas muito curtas.

Sr. Dr. Fernando Teles, quando apareceram as dificuldades nas negociações, essas dificuldades foram eminentemente jurídicas, do ponto de vista da minuta contratual. É verdade?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Não.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — De que natureza foram, então? Resultavam de quê, essencialmente?

Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Resultavam da alteração àquilo que tínhamos aceiteado, negociado, proposto e assinado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Em 31 de julho?

Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Em 31 de julho. Havia propostas diferentes daquilo que tinha sido negociado e aprovado e, nalguns casos, tinha sido negociado e aprovado com discussões de horas seguidas até chegarmos a um acordo e a uma conclusão. Por isso é que ficámos estupefactos quando começámos a ler a nova proposta.

Como lhe disse — e continuo a referir —, até me pareceu que era uma brincadeira, pareceu-me que não queriam negociar. Aquela proposta dava a impressão de ser uma nova proposta, porque não queriam vender o Banco! Podia ser uma nova opção, mas não, felizmente. Por isso, houve rutura nas negociações.

Voltámos ao espírito de 31 de julho, aquilo que negociámos em 31 de julho acabou por ser alterado de forma significativa em prejuízo da proposta do Banco BIC, o Governo ganhou alguns pontos também por influência da Comissão Europeia, nós percebemos que a Comissão Europeia, através da Direção-Geral da Concorrência, fazia imposições que, muito embora desvirtuassem o que tínhamos proposto, parecia-nos que

tinham alguma lógica... Tinha lógica eles dizerem que, por exemplo, a taxa de juro tinha de ser mais elevada.

Nós temos consciência de que, entretanto, as condições de mercado para os bancos portugueses também se alteraram, também começaram a pagar mais caro pelo *funding*. Por conseguinte, era normal que a Comissão Europeia viesse dizer que, em termos de concorrência, nós não podíamos ser beneficiados, e aceitámos isto.

O que espero, e digo-o sinceramente — essa linha de crédito dos 300 milhões é um *flop* —, é que não venhamos a precisar dessa linha de crédito de 300 milhões de euros. É o que eu penso, porque os depósitos do mês passado — já referi aqui — aumentaram 50 milhões de euros. Portanto, aquilo que eu espero é que, nos próximos dois ou três meses, estejamos com mais 100 ou 200 milhões de euros do que os tais 1.8 milhões.

O Sr. Dr. **Jaime Pereira**: — Sr. Presidente, se me permitir, vou fazer só um comentário, que é o seguinte: pela primeira vez, em dois meses seguidos os depósitos do BPN subiram. Pela primeira vez, desde há muito tempo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É bom sinal, ainda bem que assim é.

Ainda relativamente a esta matéria, o anterior conselho de administração do BPN participava nessas negociações, e eu pergunto: alguma vez, durante as negociações, se aperceberam de alguma divergência de posições desse conselho de administração ou a posição do conselho de

administração do BPN nas negociações era uma posição coesa e no mesmo sentido? O sentido era favorável ao negócio ou era uma posição de algum questionar os termos do negócio?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Era a equipa, inclusive havia um representante do conselho de administração do BPN. Como digo, a negociação não foi feita com o BPN, foi feita com a Caixa-BI, com o BPN e com os representantes da Secretaria de Estado e nós...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E consultores externos.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — E consultores externos do BPN. Da nossa parte, era a PLMJ e éramos nós. Eram os advogados e éramos nós.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Já não é pouco! Então, era só um representante do conselho de administração do BPN que participava nessas negociações?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Eram vários, dois, três... Não eram sempre os mesmos, dependia. Mas eram sempre duas ou três pessoas do conselho de administração do BPN que participavam nas reuniões.

Posso dizer-vos que, a partir de setembro, depois de os novos advogados apresentarem uma nova minuta que desvirtuava totalmente o acordo assinado em julho, quem intervinha eram, essencialmente, esses

advogados. Não achámos isso muito normal e, como digo, se eu tivesse estado na mesa das negociações, não tinha havido setembro, outubro e novembro, não tínhamos estado dois meses e meio a fazer que fazíamos! O que tinha acontecido é que as negociações tinham terminado logo em setembro.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Esses advogados eram designados pelo Governo ou eram designados pela Caixa-BI?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Julgo que foi a Caixa-BI que recrutou os advogados, mas não posso garantir.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, não sei se há alguém que deseje inscrever-se para uma segunda ronda.

Pausa.

Inscreveram-se os Srs. Deputados Honório Novo (PCP) e Pedro Delgado Alves (PS).

Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Presidente, o que eu vou dizer não é propriamente um questionário de segunda ronda. Não é mesmo, de

todo, nem formalmente, um questionário de segunda ronda. Já vai perceber porquê.

Naturalmente, o debate da primeira ronda e as sucessivas perguntas dos meus colegas, quer as respostas dadas às perguntas que coloquei quer as respostas dadas (ou não) às perguntas colocadas por alguns outros colegas, suscitariam, de uma forma normal e lógica, que, nesta segunda ronda, eu voltasse a colocar algumas dúvidas.

Por exemplo, se haveria ou não lugar e possibilidade de o Estado indemnizar ou suscitar judicialmente um pedido de indemnização por rompimento do contrato ou de um acordo; também gostava de ter abordado, exatamente, qual era a elencagem das razões concretas que levaram a uma tentativa de abandono ou a um anúncio de abandono, em novembro de 2011, e só consegui elencar duas — uma delas, as taxas das linhas de crédito e, outra, os problemas relacionados com os fundos de pensões, a primeira resolvida a favor do Estado, a segunda a favor dos interesses do BIC (mas, seguramente, seriam mais, porque não acredito que sejam apenas estas as razões que levaram à pré-anunciada rutura das negociações); também gostaria de perceber melhor qual era o texto completo deste anúncio comunicado, já escrito e prestes a divulgar publicamente, que o Sr. Dr. Fernando Teles tem referido e do qual leu já o número cinco.

Gostaria, enfim, de saber bastantes outras matérias, mas considero duas coisas: a primeira é que, pelo menos perante alguns Deputados desta Comissão que o questionaram, nos quais me incluo mas de que não sou o único representante — e refiro, concretamente, os Deputados João Semedo e Pedro Delgado Alves—, aquele que é um princípio normal de dever de informação diligente e completa, dever de colaboração diligente e completa e dever de esclarecimento completo e diligente por parte das pessoas que

são convidadas a deporem em comissões de inquérito, não foi respeitado nem perfeitamente assegurado pelo Dr. Fernando Teles.

Isto, sabendo nós que esta audição decorreu num contexto anormal e excepcional, que passo a elencar.

Isto é, o Dr. Fernando Teles, que foi convidado a prestar depoimento nesta Comissão de Inquérito, fez-se acompanhar do Dr. Jaime Pereira, não vindo daí mal nenhum ao mundo. Mas a verdade é que, e isso acontece sempre, mesmo quando os depoentes se fazem acompanhar, por algumas razões, por advogados, nunca é terceira pessoa a responder à Comissão, em vez da pessoa que foi convidada a depor.

Portanto, sem me ter causado nenhuma relutância, nem nenhuma espécie, nem nenhuma indignação, nem nenhuma chamada de atenção — nunca o faria, eu próprio —, a verdade é que o Dr. Jaime Pereira respondeu, em vez do Dr. Fernando Teles, a muitas das questões aqui colocadas. É um procedimento excepcional e anormal nas comissões de inquérito ao qual não me teria oposto nem me causaria indignação, não fosse a forma pouco diligente como, repito, o Dr. Fernando Teles respondeu ou retorquiu a alguns dos Deputados desta Comissão, manifestamente, através de um comportamento pouco cordato e pouco adequado a quem vem depor em comissões de inquérito.

Por isso, Sr. Presidente, e não obstante existir, como elenquei exemplificativamente algumas questões sobre as quais gostaria de ser esclarecido, optei e opto por não fazer nenhuma pergunta na segunda ronda.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, apenas duas questões rápidas e complementares.

Em primeiro lugar, quanto à fusão invertida, pergunto qual é a vantagem fiscal estimada quanto a esta operação. O Dr. Mira Amaral fez declarações ao *Diário Económico* e a outros jornais quanto a esta matéria e eu pergunto qual a estimativa que podem contabilizar quanto a esta opção, face à alternativa que seria, evidentemente, a fusão por via inversa. Portanto, qual o raciocínio elaborado nesse sentido.

Em segundo lugar, quanto à seleção de créditos, coloco duas questões. Tendo em conta que o processo pode decorrer até ao final do ano, até nove de dezembro de 2012, não obstante essa margem ter ainda vários meses pela frente, a questão que se coloca é se o BIC pretenderá exercer, até essa altura, o processo da seleção de créditos. Portanto, a minha pergunta é se o processo está em curso e se será exaurido o prazo para o efeito.

Escusando-me de fazer novamente a pergunta quanto aos critérios adotados — sendo certo que alguns critérios constam do contrato e, enfim, têm a ver, fundamentalmente, com o rácio de transformação, mas para além disso não há mais elementos —, nomeadamente a de saber se haveria conexão com os depósitos, por exemplo, uma vez que, quanto a isso o Sr. Doutor já indicou que não pretende prestar esclarecimentos, pelo menos, quanto aos créditos já escolhidos, quer até ao período de 30 de março quer até ao momento presente, pedia-lhe uma eventual estimativa que possa fazer, até ao final do ano, sobre o valor associado às escolhas que já foram feitas, tendo em conta o cenário atual.

O Sr. **Presidente**: — Antes de dar a palavra ao Sr. Dr. Fernando Teles, queria apenas responder à interpelação à Mesa implícita na

intervenção do Sr. Deputado Honório Novo, para dizer o seguinte: é, de facto, verdade, que é excepcional nesta Comissão — e noutras comissões de inquérito — que não seja o inquirido a responder.

Se tivesse havido da parte de algum dos Srs. Deputados sequer um movimento corporal no sentido de obstaculizar, eu próprio teria chamado a atenção para isso. Percebi, contudo, que os Srs. Deputados entendiam que a intervenção do Sr. Dr. Jaime Pereira era útil para esta Comissão de Inquérito e, portanto, não fiz sequer qualquer tentativa de impedir que assim acontecesse.

É óbvio que há aqui um limite. Se se tivesse verificado que, a partir de certa altura, era o Dr. Jaime Pereira a responder mais do que o Dr. Fernando Teles, com certeza que teríamos de intervir, porque não é essa a regra de funcionamento desta Comissão. Digo isto até porque pode ter interesse para o futuro.

É óbvio que, se alguma vez houver da parte de algum dos Srs. Deputados qualquer tipo de obstáculo a que acompanhante, colaborador que venha com a pessoa que está a ser inquirida intervenha, com certeza que a Mesa irá impedir que haja essa intervenção de terceiros. Não sendo esse o caso e mantendo-se essa intervenção dentro de limites razoáveis e com interesse para esta Comissão, como parece que hoje sucedeu, uma vez que, creio, o Dr. Jaime Pereira interveio de forma esclarecedora para a Comissão, não havendo ultrapassagem de limites, penso que não teremos razão para intervir no futuro.

Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Sr. Presidente, relativamente à seleção de crédito, como sabem, o que está previsto no contrato é que seleccionámos cerca de 2,2 biliões de euros em crédito. Mas há ainda a hipótese de que

algum do crédito, com um desconto correspondente aos capitais próprios de 16,2%, possa ser devolvido até 9 de dezembro — é algo que negociámos e que está no acordo. Estamos a analisar a questão, não temos ainda posição definitiva relativamente a isso.

Quanto à questão de saber se, por haver fusão invertida, há ganhos ou não, ainda não analisámos isso, não temos dados sobre isso. Acho que foi mais porque o banco BPN era maior e a integração do BIC fazia mais sentido. Mas não temos nada disso ainda visto.

De qualquer forma, não estamos a fazer nada que não estivesse previsto desde o início e que seja ilegal. Nada disso é ilegal, tudo isso é possível e está refletido no acordo-quadro. Por conseguinte, não fizemos nada que não estivesse já escrito e que não pudéssemos fazer. Por isso, se estava no acordo-quadro, é normal que nós o possamos fazer, e por isso fizemo-lo.

Não sei se respondi às questões do Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, é uma nota complementar só para sublinhar que, em declarações expressas ao *Diário Económico*, o Dr. Mira Amaral sublinhou que as razões fundamentais da fusão invertida eram de eficiência fiscal, daí a questão. Portanto, não se questiona que haja legalidade ou ilegalidade nesta opção; obviamente, ela está enquadrada, até porque as regras para eventual pagamento sobre o preço, seja em que modalidade for, até têm de pressupor renegociação nalgum cenário. Portanto, o contrato acautela-as.

A questão é esta: estando aparentemente estudada a razão de eficiência fiscal e tendo ela sido tornada pública em declarações do Presidente do BIC Portugal, perguntava se esse valor está quantificado.

Quanto à questão da seleção de créditos, coloquei-a apenas porque, na audição anterior, a Comissão de Trabalhadores da Parvalorem já deu nota da chegada de alguns dos créditos que já foram selecionados e, em consequência, o volume de trabalho irá aumentar em função não só daqueles selecionados até março, mas também de alguns, selecionados posteriormente.

É, evidentemente, uma informação oficiosa por parte dos trabalhadores que podem não ter noção e, portanto, pode ser um juízo erróneo da parte dos próprios, uma vez que não podem, necessariamente, conseguir imputá-los para saber se são anteriores ou posteriores a março. Daí, também, a razão de ser desta questão, mas admito que não haja essa seleção. Perguntava se, de facto, esperarão até ao final do mês de dezembro, antes de fazer uma opção final, ou se estarão a fazer uma opção individualizada de análise dos créditos e, no fundo, se farão uma escolha definitiva.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Dr. Fernando Teles.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Até agora ainda não houve devolução de nenhum crédito à Parvalorem. Não quer dizer que não estejamos de acordo com aquilo que acordámos ao analisar o assunto. Isso está previsto, está negociado, mas não é verdade que tenhamos devolvido já algum crédito. Isso não corresponde à verdade.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, creio que podemos dar por concluída esta audição. Agradeço a presença do Dr. Fernando Teles e lamento que tenha tido de esperar algum tempo pelo início desta audição. Não é habitual esta Comissão fazer esperar as pessoas.

Tenho aqui duas indicações em relação a documentos que penso que os Srs. Deputados gostariam de receber: primeiro, a carta-convite dirigida ao BIC (foi aqui referida a data de abril, cito-a apenas porque foi referida, embora tenha dúvidas que possa ter sido de abril); segundo, o projeto de comunicado elaborado, que foi mencionado, citado nesta Comissão, elaborado em novembro de 2011, mas não divulgado.

Sr. Dr. Fernando Teles, se fosse possível fazer chegar essa documentação, creio que seria útil para o espólio da Comissão.

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Sr. Presidente, só queria referir que o projeto de comunicado é um projeto de comunicado, é um rascunho que está aqui na minha mão...

O Sr. **Presidente**: — Temos perfeita noção disso, mas...

O Sr. Dr. **Fernando Teles**: — Não me parece que isto seja um documento, que é formal, e que eu deva fazer chegar este documento à Comissão. Não existe, isto não existe! Isto é um projeto que estava pronto para sair, mas que não saiu porque as circunstâncias se alteraram.

Se formos obrigados a entregar o projeto, entregamos, mas não me parece muito curial.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Fernando Teles, o documento poderia não existir até aqui, mas passou a existir a partir do momento em que o Sr.

Doutor o referiu aqui abundantemente. Portanto, o documento existe, já que foi aqui citado.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — E lido extensamente o número cinco!

O Sr. **Presidente**: — Portanto, poderia não existir até aqui e pode obviamente ser interpretado por esta Comissão como um não-documento ou um documento que não teve repercussão, mas é um documento que passa a existir a partir do momento em que é mencionado, citado, lido nesta Comissão, e por isso aqui o refiro.

Em todo o caso, faremos chegar ao BIC, certamente, estas indicações.

Srs. Deputados, está concluída a reunião de hoje.

Muito obrigado.

Eram 21 horas e 37 minutos.
